



ATA N.º 01/2025
Sessão Ordinária de Fevereiro
27 de Fevereiro de 2025

I – ABERTURA -----
-----**Local:** Auditório Recreios da Amadora -----
-----**Hora:** 20h00m -----

II – PARTICIPAÇÕES: -----
----- Mesa da Assembleia: -----
----- **Presidente** – António Ramos Preto -----
----- **Primeiro Secretário** – Rui Manuel Gonçalves Lourenço -----
----- **Segundo Secretário** – Vanda Cristina Simões Carmo -----
----- Membros da Assembleia presentes: Todos, com exceção do senhor Miguel Vidigal,
e nos termos do documento anexo à presente ata. -----
----- Membros da Câmara Municipal -----
----- **Presidente:** Vítor Manuel Torres Ferreira -----
----- **Vereadores:** Luís Manuel da Costa Batista Nunes -----
----- Luís Filipe Moutinho Lopes -----
----- Martinho Joaquim Mendonça Caetano -----
----- Susana Isabel dos Santos Nogueira -----
----- João Manuel Castela Cravo -----
----- Ana Carla Carvalho Venâncio -----
----- Man Lin -----
----- Ricardo Miguel Franco Faria -----
----- Mamadú Issago Bari Jaló -----
----- Maria Gracieta Filipe -----



Pelo senhor **Presidente da Assembleia** foi verificada a existência de Quórum. -----

III – REPRESENTAÇÕES E SUBSTITUIÇÕES -----

-----REPRESENTAÇÕES-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Presidente de Junta de Freguesia da Venteira, a senhora Carla Sofia Pereira Andrade Neves, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do Artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, se fez representar pelo seu substituto legal e por si designado, o senhor Nuno Correia. -----

-----SUBSTITUIÇÕES-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, ao abrigo do nº 1 do artigo 78º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro na sua atual redação, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, pelo PS, os senhores Dolores Reis, Fábio Ramalho e Nuno Delicado, pelo PSD, a senhora Rita Nery, pela CDU, o senhor Bruno Carvalho, pelo BE, os senhores Miguel Feio e Ackssana Silva, e pelo PAN, a senhora Mónica Ferreira. -----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, e nos termos e para os efeitos do artigo 78º e artigo 79º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro na sua atual redação, os membros substitutos são respetivamente, pelo PS, a senhora Otília Rodrigues e o senhores António Bito e Bruno Monteiro, por indisponibilidade dos Senhores Paulo Ferreira, Inês Pedro e António Lopes, pelo PSD, o senhor Nuno Campos, por indisponibilidade dos senhores Luis Sampaio, Jorge Lopes e Ramiro Soares, pela CDU, o Senhor Hugo Freire, por indisponibilidade da senhora Maria João Caeiro, pelo BE, os senhores Luís Corrêa Costa e Anabela Rodrigues, por indisponibilidade dos senhores Ana Prata e Luís Machado, e pelo PAN, o senhor Ivan Vale, por indisponibilidade da senhora Sofia Carvalho. -----

Os documentos referentes às presentes Representações e Substituições encontram-se em anexo à presente ata, dela constituindo parte integrante. -----

IV - ORDEM DO DIA -----



O senhor **Presidente da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos constantes da Ordem do Dia, estabelecida pela Mesa e consultados os representantes das forças políticas, em sede de conferência de representantes, tendo a 2.ª Secretária procedido à leitura da mesma e nos termos do documento anexo à presente ata, dela fazendo parte integrante.-----

V – ATAS-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que foi distribuída a todos os membros da Assembleia, a **ata n.º 08/2024** relativa à Sessão Ordinária de Dezembro de 2024, que teve lugar no dia 12 de Dezembro e a **ata n.º 09/2024** relativa à 3.ª Sessão Extraordinária de 2024, que teve lugar no dia 19 de dezembro.-----

Tendo intervindo de seguida nos seguintes termos: -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia**: -----

“Quero informar a Assembleia que a ata n.º 8 padece de um erro material que importa retificar, erro esse relativo à votação do ponto catorze da ordem do dia de Sessão Ordinária de Dezembro, referente ao voto de pesar n.º 5 de dois mil e vinte e quatro, “Pelo Falecimento de Odair Moniz”, apresentado pela CDU. Quero esclarecer-vos que o resultado da votação que foi transmitido pelos senhores Secretários da Mesa, se traduzia em doze/doze, doze contra e doze a favor e oito abstenções e à luz do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, registou-se um empate e, nesse caso, o Presidente da Assembleia tem voto de qualidade e resultando, portanto, atento a este resultado que me deram na reprovação do documento. -----

Posteriormente, fui alertado pela nossa colega Joana, da CDU, de que se tinha verificado um erro material, fui confirmar as gravações, fizemos uma checagem à gravação. Efetivamente, foi verificado e confirmado pelos serviços, através da transmissão da sessão, um lapso no cômputo dos votos, concluindo-se que o documento fora aprovado na realidade, por 14 votos a favor, 13 votos contra e 8 abstenções e não 12/12, 8 abstenções, 13 contra, e, portanto, este ponto da ordem do dia, este ponto catorze foi retificado aqui através desta ata que agora está em consideração.”-----



De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** questionou se existia oposição a que se procedesse à retificação da ata n.º 8 naqueles termos, retroagindo esse ato à data da deliberação anteriormente tomada, com os correspondentes efeitos jurídicos, e questionou se algum dos srs. Deputados pretendia intervir. -----

Não se tenho registado qualquer intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu as referidas atas a votação separadamente e nos seguintes termos: -----

A **Ata n.º 8** foi aprovada por maioria, tendo registado 33 votos a favor (20 PS, 3 PSD, 3 CDU, 2 CDS-PP, 2 BE, 2 CHEGA e 1 PAN), e 2 abstenções (PSD). -----

A **Ata n.º 9** foi aprovada por unanimidade dos 35 membros presentes. -----

Na presente votação não participaram os senhores João Serrano, Patrícia Ferreira e Hugo Roque.-----

VI- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O senhor **Presidente da Assembleia** explicou as normas regimentais pelas quais se deve reger a intervenção do público tendo informado da inscrição prévia, via website, do senhor Luís dos Reis, que declara expressamente que não autoriza a difusão da sua voz/imagem, após o que procedeu à abertura de inscrições presenciais, tendo-se inscrito o senhor Miguel Rezende que declarou expressamente o seu consentimento para captação e transmissão da sua imagem e do som e voz. -----

De seguida se enunciam as intervenções pela ordem de inscrição. -----

Pelo senhor **Luís dos Reis**: -----

“Olá, boa noite a todos. É a primeira vez que estou aqui, quero agradecer aqui a todos os presentes esta oportunidade para expor aqui a minha situação, a minha situação e dos meus vizinhos. -----

Eu venho na qualidade de morador da Damaia de Cima, na Freguesia de Águas Livres, e o tema que me traz aqui é as obras que já há muito perduram na Rua Ana de Castro Osório, que já se prolonga, já deviam ter terminado em dezembro, salvo erro, em vinte cinco de dezembro, continuam a durar. Não sei se já existe uma data para o término ou



não, mas, além disso e eu só fui um dos primeiros também a favor das obras, acho que sim, acho que se deve, tudo o que seja para melhorar a qualidade de vida dos munícipes sou a favor e neste caso foi para requalificar os passeios e melhorar os passeios, penso que sim, no entanto, um ponto ficou aquém foi os lugares de estacionamento, porque se inicialmente disseram que não ia haver uma diminuição dos lugares de estacionamento. Neste momento, não é isso que se está a verificar. O que se está a verificar é que existe um estacionamento selvagem, exatamente pelas pessoas que chegam dos seus turnos durante a noite, chegam enfermeiros, agentes da segurança, bombeiros, chegam a meio da noite não têm lugares para estacionar, então assistimos ao estacionamento em passeadeiras, nas novas calçadas efetuadas, à frente de portas de emergência, mesmo após cruzamentos. Nós, muitas vezes tentamos chamar a Polícia Municipal. Enviamos, reportamos esta situação à Polícia Municipal que eu nunca, para ser sincero, eu nunca vi um carro da Polícia Municipal aproximar-se e autuar quem está a cometer este tipo de ilícito. Muitas vezes também mesmo autocarros, muitas vezes estes carros, estes automóveis, estão a impedir a passagem de autocarros públicos, portanto, assistimos que o motorista está vários minutos a apitar para chamar os munícipes para retirar os automóveis. Além disto, eu já reparei que os novos lugares, e corrija-me se estou errado, os novos lugares têm cerca de dois metros e quarenta. Não sei se é pelo facto de ter um pouco de sensibilidade à minha situação familiar, que é ter uma esposa que já esteve grávida e, neste momento, tem um menino de cinco meses, que é tentar colocar uma cadeira, uma cadeira num automóvel ou a tentar dar boleia a uma pessoa com mobilidade reduzida, ou mesmo tentar que uma grávida entre naqueles lugares, dois metros e quarenta. Eu sei que provavelmente deve ser o standard urbanístico que agora se usa, mas se medirem os estacionamentos que estão na Soeiro Pereira Gomes têm cerca de dois metros e oitenta. Se neste momento, são os melhores estacionamentos que nós temos nesta zona e mesmo na Praceta Raul Proença, os estacionamentos têm cerca de dois metros e meio, ou seja, muito mais do que atualmente está, os dois metros e quarenta que os novos lugares que são em perpendicular com Ana de Castro Osório, que dificulta muito a saída, ou seja, um munícipe que tente retirar o carro sem invadir a via contrária é completamente impossível, além de que, devido aos carros estarem estacionados em perpendicular, torna-se completamente impossível perceber se existe algum automóvel a vir em alta velocidade, o que acontece muitas vezes, ou seja, se a intenção era melhorar a acessibilidade e a segurança, neste momento, comparando aquilo que tínhamos e agora aquilo que temos, piorou, mesmo a nível das passeadeiras,



eu sei, já percebi que existe uma passadeira que vai ficar em perpendicular à Rua Raul Proença, vai ter uma lomba para fazer a redução de velocidade, a passadeira imediatamente anterior não tem qualquer ou não está previsto qualquer lomba, qualquer admissão de retificação de velocidade, e eu muitas vezes, eu chego-me, aproximo-me dessa passadeira e os carros nem se apercebem que isso existe uma passadeira, nem abrandam, porque exatamente por essa obstrução de visibilidade. -----

Só mais um último ponto, não me querendo alargar, existiam três ecopontos que estavam em frente à Praceta Raul Proença, do lado da via pedonal, que anteriormente estavam paralelos à via, a de Castro Osório. Neste momento estão perpendiculares. Quem estacionar a montante destes ecopontos não tem visibilidade completamente nenhuma. -----

É só estes pontos, muito obrigado a todos e obrigado pela atenção." -----

Pelo senhor **Miguel Rezende:** -----

"Muito boa noite, senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores e senhoras Vereadores, senhores Deputados. -----

O meu nome é Manuel Miguel Resende, sou morador da Urbanização do Neudel, na Freguesia das Águas Livres. Já tive oportunidade de reunir com o senhor Presidente, assim como participar nestas assembleias municipais para vos falar do tema que venho aqui hoje novamente para solicitar informações sobre a atual gestão e manutenção do Parque do Neudel. -----

Como será conhecimento da maioria dos presentes, o parque continua com dois lagos com águas estagnadas, a acumular lixo e detritos, durante o verão a causar infestações de mosquitos e de melgas, os caminhos pedonais continuam danificados, com remendos que precisam de ser melhorados, a prejudicar a segurança e a acessibilidade. Este parque tem falta de limpeza regular, apresentando diversas áreas com lixo no chão e suponho que este parque tenha sido também um dos últimos espaços do município a receber um único enfeite de Natal colocado poucos dias antes do Natal e provavelmente será também o último parque do município em que esse enfeite de Natal será retirado, já que estamos praticamente em março e o enfeite de Natal continua lá. -----

Este é apenas mais um exemplo da falta de atenção que este parque tem, a primavera e o verão aproxima-se e caso não esteja já assegurada a reparação dos aspersores e das regas dos espaços verdes deste parque, espera-se que toda a vegetação volte



novamente a morrer por falta de regas, como aconteceu no verão passado, em que todo o parque passou apenas a ser vários montes de terra seca. -----
A urbanização do Neudel continua a crescer, tem hoje cinquenta e quatro prédios onde se estima que vivam cerca de quatro mil e quinhentas pessoas em mil cento e cinquenta frações, o que estimo que pagam cerca de meio milhão de euros por ano em IMI. -----
Como o único espaço verde desta Freguesia das Águas Livres, é deveras importante e crucial para o bem-estar dos moradores desta freguesia que este parque tenha uma manutenção regular, bem feita e de forma eficaz para manter o parque em bom funcionamento. Assim, venho solicitar hoje mais informações sobre o que está planeado para corrigir essencialmente os problemas da rega, que não existe, para garantir que o parque se manterá verde durante a primavera e o verão o próximo, que se aproxima. Muito obrigado pela oportunidade. Muito boa noite." -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para as respostas tidas por convenientes. -----

Pelo senhor **Presidente da Câmara**: -----

"Muito boa noite, senhor Presidente, senhores Secretários, serviços aqui presentes, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta e substitutos legais, em sua representação, público aqui presente e público aqui em casa. Deixem-me dizer e começar também por agradecer ao senhor Luís dos Reis, uma vez que é a primeira vez, e este é o local próprio onde devemos debater todos os problemas da nossa cidade, onde devem ser expostos os problemas e onde estamos aqui para prestar contas daquilo que se faz e daquilo que podemos vir a corrigir. -----

Dizer ao senhor Luís dos Reis, ele próprio reconheceu que a intervenção no espaço público é essencial para a continuidade da devolução do espaço público de qualidade aos munícipes e também reconheceu que a intervenção foi bem feita, à exceção das questões do estacionamento, isto do seu ponto de vista. -----

Dizer que a intervenção não é tão só como referiu na Rua Ana Castro Osório. A intervenção que está em causa refere-se à Rua Doutor Francisco Sousa Tavares, Rua Ana Castro Osório, Avenida Gorgel do Amaral, Praceta Raul Proença e Praceta Maria Luísa Canêças. A intervenção começou efetivamente na Ana Castro Osório, a intervenção inicial, à exceção da Praceta Raul Proença, terminaram no dia quinze de Dezembro e



houve uma prorrogação do prazo para executar os outros trabalhos que, segundo a pergunta que também fez, estará concluída até ao final do mês de Abril. -----

Depois, dizer-lhe que a intervenção dignifica aquilo que é a melhoria dos percursos pedonais para quem atravessa aquela grande área, aquela avenida que vem desde a Cova da Moura até à zona alta do Parque do Neudel. É uma área extensa que não tinha condições de acessibilidade e pedonal, em segurança para quem queria utilizar aquele espaço. -----

Depois, no âmbito do Orçamento Participativo, foi feita uma intervenção de melhoria de uma área verde nas traseiras da Rua Francisco Sousa Tavares, promovendo ali um espaço digno para a prática desportiva informal com os respetivos arranjos exteriores. Paralelamente, já tinha sido feito também uma criação de um parque canino, que tinha sido pedido também no âmbito do Orçamento Participativo e que está concluído há cerca de dois anos. Melhoria das acessibilidades pedonais, melhoria da segurança rodoviária, porque foi isso que aconteceu com o reperfilamento que foi feito. O que acontecia e também disse aqui, salvo erro, que havia veículos de emergência que muitas vezes não conseguem passar, isso acontecia no passado, porquê? -----

Porque os carros estavam estacionados a eixo da via e eles eram permitidos, porque estavam lá marcados, muitas das vezes ou porque estavam mal-estacionados, não permitiam a circulação em conformidade de viaturas de emergência, diga-se, carros de bombeiros, diga-se, viaturas da própria recolha dos serviços municipais. Muitas das vezes era impedida a recolha dos resíduos sólidos urbanos, uma vez que os carros não conseguiam aceder a estes equipamentos. Paralelamente, e, como sabe, existe um portão de acesso ao parque exterior da Escola Pedro D'Orey ao campo de jogos, o polidesportivo, que muitas das vezes estava ocupado e houve até uma das vezes em que uma viatura de emergência, uma ambulância, não conseguiu, não conseguiu socorrer, uma vez que estava impedida de entrar por via do estacionamento abusivo. Depois, refere aqui também questões que se prendem com o estacionamento abusivo a ocorrer neste momento, o estacionamento abusivo, foi por causa disso que nós fizemos intervenção, qualquer estacionamento abusivo será sempre fiscalizado e penalizado com as devidas cominações legais, porque foi isso que nós quisemos devolver. Foi um espaço ordenado do ponto de vista de segurança rodoviária, do ponto de vista de usufruto do peão, com novos caminhos pedonais que não existiam e não admito que um carro esteja estacionado ilegalmente num passeio e que impeça que uma pessoa que venha com um carrinho de bebés não consiga passar e tenha que vir para a estrada e não admito isso.



Portanto, fez referência a carros estacionados em passeios e passadeiras, penso que terá dito isso também, passadeiras e portas de emergência, que foi por causa disso que nós fizemos a intervenção. Se ainda existe uma outra situação dessas, terá que ser objeto da respetiva fiscalização pela Polícia Municipal, pela PSP, com os devidos processos de notificação e as respetivas cominações legais. -----

Depois refere que os lugares de estacionamento foram reduzidos, os lugares de estacionamento que existiam à data da intervenção, intervenção não só na Castro Osório, Ana Castro Osório, Francisco Sousa Tavares, traseira da Francisco Sousa Tavares, contemplavam quatrocentos e oitenta e nove lugares. Aquilo que existe agora são quinhentos e trinta e quatro lugares nestas vias que eu referi, inclusivamente, as traseiras da Avenida Castro Osório tinham dois sentidos para carros naquelas traseiras ao invertermos para um sentido único, promovemos a criação de mais vinte e tal lugares de estacionamento, porque passou a ter um único sentido e logo aí aumentámos vinte e tal lugares de estacionamento. Dirá, não estão no núcleo junto ao Neudel. Não estão, estão um bocadinho mais acima, mas a intervenção foi global e os lugares estão lá criados. -----

Depois dizer-lhe vou muitas das vezes ao local e muitas das vezes de visita ao local, a praceta situada junto às bombas da Prio, a Praceta Irene Lisboa, muito próximo do início de Ana Castro Osório, está muitas das vezes com imensos lugares disponíveis e as pessoas não querem estacionar lá o carro e está muito próximo de Ana Castro Osório. As pessoas querem estacionar à porta de casa, isso é impossível, é impossível. Aqueles edifícios não têm garagens, nem áreas de estacionamento, tirando uma ou duas situações nos prédios iniciais que depois dão acesso à outra praceta. Os restantes não têm. A cidade foi projetada até mil novecentos e noventa e quatro, não contando com os carros que hoje qualquer família tem num fogo de habitação. Hoje em dia, qualquer família tem um a dois carros, não foi projetada antes de noventa e quatro para isso, só a partir de noventa e quatro, com a revisão do PDM, com o início do PDM é que foi possível que qualquer construção num edifício novo tivesse obrigatoriamente que cumprir com lugares de estacionamento. É impossível, quinhentos e tal lugares, seguramente não dão resposta a tudo aquilo que é necessário, mas aumentámos os lugares, eram quatrocentos e oitenta e nove e são agora quinhentos e trinta e quatro lugares. Temos aqui um saldo positivo de quarenta e cinco lugares a mais em toda esta intervenção. Dirá, se calhar, terão que ser mil, se calhar, terão que ser mil, mas onde? Não há mais lugares para criar ali, não há, não há espaço, tem edifícios, tem os



arruamentos, tem a Escola Pedro D'Orey da Cunha, tem a zona da Cova da Moura, não há hipótese de criar mais quinhentos lugares. -----

Depois, senhor Miguel Rezende, como reconheceu aqui, eu recebi-o no meu gabinete e apresentei-lhe o projeto que está previsto para a renovação do Parque do Neudel. Falou nos contributos dos IMI's de pessoas que residem ali, noutros locais da cidade também as pessoas pagam IMI e o nosso objetivo é promover também a qualidade do espaço público em qualquer parte da cidade, mas acrescentar e que, na altura lhe mostrei, lembro-me de lhe ter mostrado o desenho da intervenção que queremos fazer e o orçamento que tínhamos, e que temos neste momento, para avançar com a obra. É um milhão e trezentos mil euros para renovar aquele parque pelas necessidades que tem relativamente à questão das lagoas, relativamente aos percursos pedonais. -----

Depois, refere-se a questões de tratamento de espaços verdes e questões de limpeza. Existe uma prestação de serviços que é prestada no âmbito dos contratos Inter Administrativos com a Junta de Freguesia e a Junta de Freguesia que tutela aquela área faz um trabalho notável naquilo que se trata de limpeza do parque. Já visitei muitas vezes aquele parque, tem um espaço de restauração, como sabe, traz pessoas de fora da nossa cidade que vêm ao Parque do Neudel, e àquele restaurante e que lhes agrada imenso aquilo que é o Parque Urbano do Neudel e as pessoas vêm de propósito, ali, não vêm só ao restaurante, mas para usufruírem daquele parque. Foi uma excelente intervenção que foi feita no mandato anterior e, por isso, vamos continuar a investir naquilo que é as renovações que têm que ser feitas necessárias para os novos objetivos que este Executivo quer e, por isso, lhe mostrei o projeto e, por isso, estamos a trabalhar na revisão do projeto para efeitos do lançamento da empreitada, uma vez que o valor é superior àquilo que tem que ter visto do Tribunal de Contas e, portanto, tem que ter revisão do projeto. -----

E, para já, era só o senhor Presidente. Respondi a tudo. Muito obrigado." -----

Finda a intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** encerrou o período de intervenção do público. -----

VII – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----



O senhor **Presidente da Assembleia** informou que neste período, com a duração de 1h, improrrogável, são abordados assuntos gerais e de interesse para a Autarquia, tendo sido distribuída, no início da Sessão e de acordo com a alínea a) do nº 2 do artigo 36º do Regimento da AMA, aos Representantes de cada Grupo Municipal e força política a relação contendo o expediente. -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura de inscrições e intervieram os seguintes Membros, nos termos que se enuncia: -----

Pelo senhor **Luís Corrêa Costa** (BE): -----

"Muito obrigado, senhor Presidente, cumprimentá-lo a si e à Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros colegas, público presente e em casa que nos segue. -----

Senhor Presidente, um bocadinho na ordem daquilo que é as notícias da atualidade, manifestar a nossa enorme preocupação com aquilo que tem acontecido no Hospital conhecido Amadora-Sintra. Parece claro, a incapacidade deste Governo em criar soluções, planos, seja o que for, que consigam responder às necessidades das pessoas. Sabemos bem das dificuldades que este hospital já possui do passado, mas aquilo que nós vemos é que acresce sempre algo mais, mais algum problema, mais alguma dificuldade e, enfim, são as pessoas que sofrem com esta incapacidade do serviço em prestar uma saúde digna e de qualidade para todas as pessoas. -----

Nós temos assistido às últimas declarações da Ministra, em que parece que há uma ideia de voltar àquilo que era as PPP, dizendo que, enfim, o pior que aconteceu na Amadora foi, e quando digo Amadora, é o Hospital Amadora-Sintra foi exatamente ter terminado a PPP que existia. Isto face a resultados de dois mil e vinte e quatro, em que se registaram grandes aumentos na atividade do hospital, parece-nos completamente fora de tempo e parece que esta Ministra também já está a prazo neste Governo. De qualquer forma, queremos deixar aqui também um registo muito importante para os profissionais de saúde que trabalham na ULS e que assumem e que também fizeram parte, foram uma boa parte daquilo que são os resultados apresentados e que merecem também todo o respeito e toda, enfim, toda a dignidade no desempenho da sua profissão. Lamentamos mesmo que este Governo continue a seguir esta linha política e esperamos que também a Câmara Municipal mantenha, enfim, a ligação que possui com



o hospital no sentido de criar as melhores condições para um serviço de saúde de qualidade para todas as pessoas. -----

Deixo também uma nota positiva face às mudanças que registámos na Carris Metropolitana, temos novos horários, alguns ajustes em algumas carreiras e não podia deixar aqui de destacar a ligação da Estação da Amadora ao Casal da Mira, ao Centro Comercial UBBO. Temos agora novos horários, portanto, conseguimos desta forma, garantir mais qualidade de vida para estas pessoas que tanto precisava, era uma ligação que estava mesmo com enormes dificuldades, mas percebendo também que é através deste ajustes, embora, enfim, com algum atraso quanto a nós, dois anos desde o início que sabíamos que as queixas eram existentes, já há muito tempo que se mantinham e era necessário fazer este ajuste nesta carreira, principalmente, noutras também, mas nesta principalmente e perceber que, enfim, qual é que é também a posição da Câmara Municipal, enfim, face a esta demora em ajustes que são claramente evidentes para a melhoria de vida das pessoas. -----

E, perguntar finalmente, se, enfim, está ponderada a ligação, ou a criação de uma rota que faça a ligação entre todas as freguesias, porque continuamos com a mesma dificuldade que é ligar alguns pontos da Amadora entre si e seria perfeitamente aceitável e daria também mais qualidade e bem-estar à Amadora haver uma ligação deste género. Muito obrigado.” -----

Pelo senhor **Tiago Resende** (PS): -----

"Muito obrigado, senhor Presidente, aproveito na sua pessoa, para cumprimentar a Mesa da Assembleia, na pessoa do senhor Presidente de Câmara cumprimentar o Executivo Municipal aqui presente, estimados colegas, Membros da Assembleia Municipal, público aqui presente e em casa. -----

Sendo esta primeira Assembleia Municipal do ano é a Assembleia em que nós prestamos contas e também é a Assembleia em que debatemos, fazemos reflexões relativamente ao ano que passou. Eu gostaria aqui de falar de um tema que tem muito passado na ordem do dia, que até foi um dos temas que versou a última intervenção do meu colega do Bloco de Esquerda, a questão da saúde, mas tentarei aqui afastar-me um pouco do plano das notícias e das questões da ULS Amadora-Sintra que bem conheço, pois lá trabalhei até ao dia trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro e tentarei aqui também focar em algumas atividades e iniciativas na área da saúde, nas quais o município tem ou dinamizado ou colaborado ou fornecido meios e que, por vezes, podem



passar despercebidos no meio de todas estas notícias de algum negativismo que, por vezes tem sido associado com a prestação de cuidados de saúde no nosso concelho e, portanto, gostaria aqui de fazer uma pequena reflexão sobre aquilo que foi feito no último ano e também questões que poderão vir a ser realizadas em breve. -----

Em parte, tendo em conta que uma Câmara Municipal, não é um gestor hospitalar, é sim um organismo público, uma autarquia de proximidade, de proximidade com a comunidade e que a sua principal função acaba por ser a promoção da saúde e do bem-estar, nomeadamente assente numa visão holística do indivíduo que começa muito antes de uma intervenção hospitalar ou de um tratamento de uma doença, começa com a prevenção do surgimento da doença e aí nós, enquanto municípios, enquanto órgãos autárquicos que exercem o poder autárquico em comunidade, podemos aqui ter um papel diferenciador e nesse sentido, gostaria aqui de mencionar alguns exemplos daquilo que são ações de rastreio que tem-se vindo a ser realizadas no nosso município, algumas derivadas de programas municipais e outras programas nacionais, alguns em que nós colaboramos e outros até que nós vemos na rua e até não percebemos muito bem, o que é que estarão ali a ser feitas. Alguns programas como por exemplo, Plano de estratégia de intervenção na área das doenças sexualmente transmissíveis, como o VIH ou o Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde. -----

Por exemplo, uma iniciativa que se vê muito e até às vezes, nas redes sociais vê-se das divulgações aquela campanha do *Fast-Track*, no âmbito até de uma iniciativa a nível internacional para em termos de prevenção da epidemia de VIH. Quantas vezes é que nós às vezes encontramos a carrinha da A.S.P.A.S em alguns parques do município, por exemplo, no Parque Aventura? Lembro-me, recentemente e, efetivamente, esta carrinha e esta associação tem um protocolo assinado com a Câmara Municipal da Amadora, em que naquela viatura se realizam um conjunto de rastreios destas doenças sexualmente transmissíveis, como os VIH's e hepatites ou a sífilis, tendo em conta o nosso contexto, o nosso município, é de sobejá importância que se realizem estas ações preventivas, acessíveis a toda a população e que são, sem dúvida, um meio de prevenção de doença, que acabam por ser desenvolvidas de forma centralizada, como disse anteriormente, principalmente nos parques do município, dei o exemplo do Parque Aventura, mas podia dar outros, por exemplo, o Parque Central, o Amadora Este, o Parque Delfim Guimarães e que são, salvo erro, a decorrer de modo mensal. -----

Por outro lado, também existem outros rastreios, não, se calhar, rastreios da pessoa passar na rua e desempenhados rastreios de mais de base populacional do âmbito



nacional, no qual também é importante que as comunidades locais ajudem na sua colaboração. Um destes exemplos e, nomeadamente, na parte de sensibilização mais não tanto de um apoio logístico puro, mas no apoio de informação para a comunidade, é, por exemplo, o rastreio do cancro do Colo do Útero, que é realizada e dinamizada a partir dos cuidados de saúde primários, detetado em sangue oculto nas fezes e, de facto, acaba por muitas vezes, muitas pessoas, acabam por não fazer o exame por não se conhecer muito bem os seus benefícios, ou até porque não sabe como realizá-lo e, por vezes, a distribuição de material, como é o caso de algumas iniciativas de apoio da Autarquia, juntamente com o nosso ULS que atualmente os cuidados de saúde primários estão incorporados na ULS Amadora-Sintra deste o início do ano passado, seja antes de tínhamos a questão dos centros de saúde funcional no modo autónomo, e tínhamos o hospital a funcionar como uma entidade distinta, neste momento acaba por estar tudo enquadrado, portanto, aqui quando falamos do ULS, falamos de cuidados de saúde primários, isto é um dos exemplos em que a autarquia, juntamente com os cuidados de saúde primários da Amadora, ajuda na distribuição de material informativo para este rastreio. -----

Outro rastreio também importante, são os rastreios da Liga Portuguesa contra o cancro, nomeadamente nas questões do cancro da mama, que é um rastreio de base populacional alargado que, até recentemente, viu os seus critérios alterados também mais um rastreio daqueles que é realizado numa carrinha próximo dos centros de saúde e, de facto, também importante aqui a Câmara Municipal ter aqui um protocolo assinado, nomeadamente em termos de apoio logístico, que é mais um rastreio focado na população feminina, que é um rastreio particularmente importante em áreas mais debilitadas do ponto de vista socioeconómico, e é fundamental garantimos que todas as mulheres têm acesso a este rastreio, nomeadamente através das iniciativas do cancro da mama, em que as mulheres são contactadas e as pessoas que não têm o rastreio atualizado, vêm-no fazer. Em dois mil e vinte e quatro, estamos a falar de uma base populacional de cerca de vinte mil mulheres, convocadas em dois mil e vinte e quatro, a taxa de participação bastante razoável, considerando o contexto em si, eles geralmente costumam se realizar no início do ano em proximidade em conjunto com os centros de saúde, creio que este ano deve ser ali até na USF da Venda Nova. -----

Outra iniciativa de Rastreio também, portanto, aqui referenciar não me querendo aqui alongar muito, prende-se com a população mais jovem, com a população escolar, nomeadamente infantil do primeiro ciclo do ensino básico, que é uma idade em que



muitas vezes surgem aquelas questões que surgem, as miopias e o estigmatismo nas crianças que entram na escola começam a ter uma maior estimulação em termos visuais e auditivas e é nessa idade em que muitas vezes se detetam estas primeiras alterações e, de facto, uma criança que não vê bem ou que tem alguns, ou que tem problemas de audição é uma criança que aprende menos e que tem também uma maior dificuldade de integração na comunidade e que é importante nós focarmos e termos rastreios adequados e nesse papel, a Câmara Municipal também, juntamente com instituições locais de relevo e de salutar importância, como neste caso para este rastreio designado "Ver para Crer, Ouvir para Aprender", o parceiro escolhido foi a Santa Casa Misericórdia da Amadora. Uma iniciativa que já existe há cerca de dois anos letivos e que promove rastreios auditivos visuais com parceiros locais junto de crianças do primeiro ano do ensino básico, e depois, conforme as necessidades acabam por ser encaminhados para as consultas da especialidade. -----

De dados que se obteve foram realizados cerca de mil e quatrocentos rastreios no último ano letivo, sendo que cerca de trezentas crianças acabaram por ser referenciadas para consultas médicas, nomeadamente de especialidade para a avaliação de eventuais necessidades de saúde nesta matéria. -----

Se neste sentido, são aqui algumas iniciativas que provam que nós devemos ter uma atitude comunitária e holística, mas também abrangente de todas as faixas etárias, mas também é sempre importante termos outras ações de sensibilização e o simbolismo é também, importante, em comunidade, nomeadamente em alguns iniciativas, como, por exemplo, a iluminação de edifícios públicos como, por exemplo, da iluminação do edifício da Câmara Municipal aqui próximo, iniciativas, como, por exemplo, Dia Mundial de Luta contra o VIH, parcerias do Outubro Rosa, entre outras. E, pronto, e também outros níveis de apoio logístico que não podemos esquecer, como, por exemplo, aqui algumas feiras que por vezes se realizam no ULS, como aquela que feira do aleitamento materno, até algumas trocas de materiais, uma iniciativa muito interessante que desempenhado no Hospital Fernando da Fonseca e também tanto quanto sei, teremos em breve uma feira da saúde realizada na freguesia da Mina de Água, nomeadamente no Pavilhão Rita Borralho em linha com a comemoração do Dia Mundial de Saúde que será realizada em abril, nomeadamente focada em promoção de vida saudável e de prevenção de doença e literacia que são essas as grandes papéis e os pontos onde nós podemos dar cartas enquanto municípios, enquanto cidadãos. Neste sentido, gostaria aqui apenas deixar



estas notas e também trazer alguma positividade para o debate político e nomeadamente para o debate local no que toca a temáticas de saúde. Muito obrigado."

Pelo senhor **Nuno Pereira** (CDS-PP): -----

"Obrigado, senhor Presidente, cumprimento o Senhor Presidente, a Mesa, senhor Presidente da Câmara, caros Vereadores, caros Deputados, público aqui presente e em casa. -----

Na decorrência de uma reunião com os Bombeiros Voluntários da Amadora, foi-nos passado aqui um conjunto de preocupações que gostaríamos de discutir aqui com o senhor Presidente de Câmara. Foi-nos dado a informação que o quartel dos bombeiros em caso de falha de energia elétrica tem apenas uma UPS que aguenta a central de comunicações durante uma hora e a Câmara Municipal pronto para colmatar esta falha forneceu por ajuste direto um gerador de emergência no valor de dezanove mil euros. No entanto, foi-me dito nesta reunião que o gerador em causa não funcionou por uma falha na instalação da empresa que o forneceu. -----

A Câmara Municipal tem conhecimento desta falha? -----

Já tomou alguma providência para a resolução deste problema, já que foi um contrato que foi a Câmara Municipal que tratou? -----

E, depois, porque em caso de falha prolongada da energia elétrica, os bombeiros ficam sem energia na central de comunicações e a comunidade depois não tem possibilidade de pedir socorro ou de haver comunicação com meios de emergência através dos bombeiros. -----

Depois há aqui outra questão que tem a ver com o protocolo e a Câmara Municipal, entre os bombeiros e a Câmara Municipal, que acho que acaba em março de dois mil e vinte cinco e queria perguntar se já foram iniciadas as negociações para a renovação deste protocolo e de que forma é que os valores de compensação vão ser atualizados por parte da Câmara Municipal? -----

Depois há aqui outra questão que, no aniversário dos bombeiros voluntários em janeiro de dois mil e vinte e quatro, foi feita uma declaração pela anterior Presidente de Câmara a dizer que haveria um novo quartel dos bombeiros e gostaria de perguntar o que é que a Câmara Municipal, tem previsto em relação a este tema, porque efetivamente o atual quartel está bastante degradado, existem várias infiltrações com despesas associadas, a cobertura do salão nobre é feita em amianto e a Câmara Municipal tendo conhecimento deste facto não quis trocar a cobertura, porque estaria um novo quartel para breve e,



portanto, estamos aqui numa situação de um limbo em que não se faz obras de fundo no atual quartel, porque estará um novo previsto, mas quando é que este novo previsto terá realidade? -----

Por isso, gostávamos de ouvir algumas respostas da Câmara Municipal. Obrigado." -----

Pela senhora **Joana Botas** (CDU): -----

"Senhor Presidente, e restante Mesa, boa noite. Senhoras e senhores eleitos, senhor Presidente da Câmara e demais Vereadores, caríssimo público. -----

De facto, durante aquela dissertação sobre o papel da Câmara relativamente às questões da saúde, assaltou-me aquilo que se falou da preocupação com a saúde da mulher e a respeito disso, gostaria de saber relativamente a uma questão que já trouxemos aqui inúmeras vezes, que tipo diligências é que têm sido feitas por parte do Executivo relativamente à consulta e à realização da IVG no Hospital Amadora-Sintra que, como bem sabem, não acontece e, portanto, há o encaminhamento das mulheres que pretendem realizar esta intervenção para uma clínica privada que só faz o procedimento cirúrgico e não medicamentoso com consequências que pode trazer para a própria saúde da mulher e, portanto, gostaríamos de saber o que é que tem sido feito, porque a verdade é que já passaram dezoito anos deste que foi aprovado a despenalização da IVG em referendo e, apesar de muitas vozes, ou de algumas vozes quererem levantar agora como noutros tempos, para deturpar aquilo que é a lei, ela está aprovada e, de facto, não é possível que as mulheres, não só aqui, mas noutras partes do país, passados dezoito anos, ainda não tenham um acesso em condições de igualdade no serviço público e em todo o território. E, disse!" -----

Pelo senhor **Nuno Freitas** (PS): -----

"Obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, senhores Vereadores, senhores Deputados, público aqui e público em casa. -----

Nós temos feito a todos, eu estou a dizer isto, porque hoje pelos vistos foi um dia interessante e importante, útil do ponto de vista de prestação de contas aos munícipes, porque tivemos oportunidade de ver perguntas feitas, quer pelos senhores munícipes de forma genuína e honesta, alguns com a orientação partidária, mas isso para o caso é irrelevante, perguntas feitas por membros, senhores Deputados aqui presentes no exercício das suas funções, e, muito bem, e temos sempre feito também de alguma forma, a partir daquilo que é a prestação de contas, apresentando resultados do que



tem sido feito, porque há um programa do Partido Socialista que tem sido executado ao longo destes anos todos, portanto, é importante mostrar aos munícipes para que depois eles possam dizer. Sim. Não. Gostámos. Não gostámos. Achamos que isto deve ser melhorado. Temos feito esta rubrica de forma humorística, a que chamámos, "Afinal ainda não estamos em eleições". Por acaso, nós estamos a aproximar, mas a rubrica como começou no início do mandato, estamos bem, estamos corretos. Isto para dizer que, no contexto desta rubrica hoje é particularmente interessante, porque falou-se aqui de alguma forma de problemas relativamente questões, não problemas, questões, propostas de melhoria, diria eu, relativamente a algumas questões relacionadas com a reorganização de circulação e estacionamento, obras que são feitas sobre esta matéria, é importante lembrar que ainda agora foram concluídas obras. Já foi referido aqui a Avenida Dom João, mas é importante também dizer, por exemplo, que em Alfragide na Rua da Ribeira, na Estrada do Zambujal e na Praça Óscar Niemeyer foram concluídas obras de melhoria de estacionamento que já agora, mais uma vez, tiveram como resultado útil não só a melhoria dos espaços, como também o melhor aproveitamento até um aumento do número de lugares de estacionamento e o mesmo foi aplicável na zona de Alfores, no estacionamento lateral da Rua Capitães de Abril e na Travessa Mário Henrique Leiria, para além do estudo que foi feito, obviamente, na Rua Damião de Góis, mas isto na Encosta do Sol. -----

Este tipo de melhorias que são sempre melhorias que trazem, como tudo na vida, vantagens e desvantagens, são melhorias que são importantes para perceber do lado dos munícipes que a Câmara está atenta àquilo que é necessário ser feito para melhorar a qualidade de vida dos munícipes. -----

Dito isto, é sempre muito importante e o Executivo da Câmara e o grupo parlamentar do Partido Socialista têm sido sempre particularmente recetivos à forma como esperamos que os munícipes venham dizer, isto está bom, correu bem, correu menos bem, gostaríamos que melhorassem isso. -----

Como é óbvio, não poderemos dar resposta a cem por cento a todos, porque há munícipes que têm ideias por um lado outros têm para o outro, nem sempre assim, desde lá, de outros se conseguem conciliar. -----

Gostava de lembrar também hoje, no contexto da rubrica, a lista enorme de obras que, felizmente, foram concluídas também nesta altura, desde a última assembleia, nomeadamente o trabalho muito importante de requalificação da piscina da Buraca que finalmente foi concluído, criou condições bastante melhores para utilização dos



munícipes numa área particularmente importante, sobretudo, na promoção da saúde e do desporto. A fase final dos trabalhos de requalificação da Feira da Brandoa, que é já uma feira icónica na área de Lisboa, portanto, a área metropolitana de Lisboa, porque consegue-se ver cada vez mais pessoas que não são munícipes aqui a aparecerem na Feira da Brandoa. Depois a reabilitação, o término da reabilitação da cobertura do Centro Comercial de Alfofornos e todos os acessos públicos, bem como a reabilitação em termos de equipamentos escolares na EB do Pavilhão da EB 2+3 da José Cardoso Pires. Foram, feita pintura, reabilitação de caixilharia e de toda a área circundante para utilização por parte dos alunos, bem como uma obra que geralmente as pessoas minimizam, mas que é importantíssima, são as obras de contenção, sobretudo, em áreas onde, quando há período de chuvas muito grande, isso pode trazer algum risco para utilização por parte dos munícipes. Neste caso, refiro-me aos trabalhos de reparação e sustentação do muro de contenção na Praça Largo 25 de Abril em Alfragide. -- Para concluir, deixava aqui também, e uma em particular, porque sou utilizador com alguma regularidade, da Avenida D. Nuno Álvares Pereira, onde as obras que têm sido feitas e que foram obras profundíssimas, mas muito importantes, sobretudo, em períodos de chuva prolongada, mas não só, também do controlo e da melhoria do saneamento básico em todo o município e das obras que são feitas nos SIMAS e que implicam, nomeadamente alterações não só na infraestrutura de saneamento, mas também, obviamente, depois no topo, nas camadas de superfície, no que toca às áreas rodoviárias e a importantíssima intervenção feita não só pelo SIMAS, nas áreas, na estrutura, nas infraestruturas de saneamento, mas também aquilo que foi feito na melhoria das vias de circulação, quer de, como disse, na Avenida D. Nuno Álvares Pereira, na Venteira, mas também na Rua de Angola, na Venteira e na Rua Alexandre Herculano, bem como na rua, no troço na Rua 1.º de Dezembro na Venteira. Isto são obras fundamentais para quem, como eu, por exemplo, que se apercebe que as melhorias na condição de circulação são especialmente no Inverno, são muito, são profundamente impactantes na vida dos munícipes, porque hoje em dia, as molas dos carros não estão baratas e, portanto, é muito bom ter pisos em bom estado. ----- Disse, Presidente." -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para as respostas tidas por convenientes. -----



Pelo senhor **Presidente da Câmara:** -----

“Muito obrigado, senhor Presidente, é um gosto também falar sobre o tema da mobilidade. O senhor Deputado Luís Costa vem relembrar a excelente experiência e projeto que é a Carris Metropolitana, porque é há cerca de dois anos ou três anos, havia mais de dois mil títulos de transporte, as pessoas para virem de Mafra a Setúbal tinham que ter três passes, gastavam quase duzentos euros nesses passes, e hoje com o passe metropolitano, graças à liderança do Presidente Fernando Medina na presidência da AML, e depois da Presidente Carla Tavares, foi possível, de acordo também com os dezoito municípios da Área Metropolitana, com várias forças políticas e, que fique registado, várias forças políticas, da direita à esquerda, foi possível um consenso para promovesse, promovêssemos a mobilidade em toda a Área Metropolitana, como tinha outras capitais da Europa e Lisboa não tinha isso, Lisboa não tinha, eram mais de dois títulos de transporte para que fosse possível as pessoas deslocarem-se de um lado para o outro e, portanto, dizer que é um tema realmente apaixonante, porque o problema da mobilidade em toda a Área Metropolitana ficou vencido, precisamente por um grande projeto sob a liderança do Partido Socialista na AML, em conjunto, com todos os municípios que sentaram todos à mesma mesa e que chegaram a um consenso para que fosse possível uma única bandeira, que é a Carris Metropolitana, com quatro lotes e quatro operadores. Em relação à Amadora, só para dar uma informação, nós começámos a operação em janeiro de 2023, com cerca de trinta mil utilizações diárias de utentes, neste momento, em janeiro de 2025, são quarenta e nove mil utentes que utilizam a Carris Metropolitana havendo aqui um diferencial de mais de 50% em relação ao período homólogo de janeiro de 2023, portanto, é efetivamente um projeto vencedor para os recursos, quer do ponto de vista ambientais, quer do ponto de vista da sustentabilidade e quer do ponto de vista daquilo que falávamos até há pouco, sobre as questões do estacionamento, uma boa operação de transporte público rodoviário permite que as pessoas abdicando do uso do transporte individual para que optem pelo transporte público, que temos neste momento disponível e dizer que qualquer um dos municípios também paga a questão do passe metropolitano, só o Município da Amadora, são cerca de um milhão e seiscentos mil euros que paga anualmente para efeitos da Carris, da Operação Carris Metropolitana. -- Depois referia as questões de algumas linhas e de alguns ajustes, desde que operação está em curso na Amadora, houve cento e oitenta e duas alterações em ajuste de horários, ou novas rotas, com cinquenta e seis alterações de percurso, portanto, nós, de acordo com as reuniões que há, de acordo com aquilo que é o Conselho Metropolitano da



Mobilidade, de acordo, com o trabalho que é feito entre os serviços municipais e a TML, temos sempre promovido as alterações necessárias para que seja possível adotar, adaptar a operação às necessidades da nossa população, até porque, este concurso tem uma mais-valia em relação ao anterior, é que aqui pagamos ao quilómetro e permitenos, em qualquer momento, alterar o percurso, adicionar mais ou menos quilómetros para adaptar às necessidades. -----

E, eu sinceramente, não concordo, não concordo que existem aqui um percurso na nossa cidade, que as validações diárias é de um bilhete validado, nesse percurso e, portanto, é uma das alterações que também vamos promover, porque se esse percurso e essa carreira, não serve a população, ou só servir uma pessoa, não faz sentido, porque então teremos a poluir aqui o nosso ambiente, por uma carreira que faz um percurso e que só serve uma população, podendo ser ajustada em função de outros percursos que sirvam o maior número de utentes e um enorme número de população. -----

Depois, relativamente à questão do Hospital Amadora-Sintra, efetivamente houve uma questão no final do ano, que dois médicos cirurgiões levantaram questões sobre más práticas, saíram para outra unidade hospitalar na área metropolitana e voltaram tendo originado a demissão de treze novos, de treze cirurgiões que estavam na unidade de Serviço de Cirurgia Geral, coisa que, a informação que tenho hoje por parte da administração do hospital e também do diretor do serviço cirurgia geral, o doutor Paulo Mira, é que dos treze novos que saíram, vão entrar treze novos cirurgiões, alguns daqueles que se demitiram, alguns dos que se demitiram vão entrar de novo em operação, tal como a nova administração do Hospital Amadora-Sintra entrarão em funções no dia 5 de março, portanto, na próxima quarta-feira. -----

Dizer-vos que fiquei muito satisfeito com o novo administrador, uma vez que é alguém que nós já conhecemos, o senhor doutor Paulo, doutor Carlos Sá, que já, que atualmente era o Presidente do Hospital da Cruz Vermelha, foi aqui também Presidente da CLISA, e que a informação que tenho, é que será o novo Presidente do Conselho de Administração do Hospital Amadora-Sintra, com quem nós sempre mantivemos bom relacionamento, tanto com o doutor Carlos Sá, enquanto Administrador da CLISA, como com toda a administração, que está neste momento demissionária no Hospital Amadora-Sintra. -----

A Câmara Municipal sempre teve excelentes relações, sempre ajudou naquilo que foi necessário, ainda ontem estivemos num projeto em parceria com o Hospital Amadora-Sintra no Grupo LANCEIROS aqui na Cidade da Amadora, portanto, dizer-lhe que a



atividade do Amadora-Sintra, em relação ao ano 2024, os números falam por si, houve um aumento de cerca de 27% dos partos, foram realizados três mil, trezentos e trinta partos o ano passado, houve um aumento histórico do número de consultas, que foram de trezentas e oitenta e quatro mil consultas, superando o ano anterior em 7%, houve a admissão de duzentos e quarenta e quatro novos recursos, sendo que com quarenta e cinco médicos internos e quarenta e sete enfermeiros, portanto, o trabalho tem sido feito também em parceria com a Cidade da Amadora, com o Município da Amadora que sempre esteve disponível para as necessidades do nosso hospital da cidade. -----

Depois, relativamente às questões do senhor Deputado Nuno Pereira, senhor Deputado Nuno Pereira, como disse também, e bem, reconheceu, era uma necessidade e a Câmara Municipal da Amadora ocorreu à necessidade da compra de um gerador, foi a Câmara Municipal que comprou esse gerador que pediu a sua instalação, só que há um pormenor, todas as ligações à E-Redes e ao quadro elétrico são da responsabilidade dos Bombeiros Voluntários da Amadora, a Câmara Municipal não podia pedir à E-Redes essa ligação, uma vez que o cliente da E-Redes é os Bombeiros Voluntários da Amadora e não a Câmara Municipal da Amadora, portanto, a Câmara Municipal da Amadora comprou o gerador, colocou o gerador, instalou o gerador, faltava pedir a ligação desse ramal ao quadro elétrico que competia a quem tem um contrato com a E-Redes, que foi os Bombeiros Voluntários da Amadora. -----

Depois falou do contrato-programa e do protocolo com os bombeiros. Hoje mesmo temos aqui na nossa revisão orçamental, um dos valores a incorporar, é efetivamente o protocolo e o contrato-programa com os bombeiros no valor de cerca de um milhão e novecentos mil euros, houve uma atualização de 2,4% em relação ao montante do ano anterior e houve também aqui o incremento de uma verba de quatrocentos mil euros para a compra de uma viatura de desencarceramento e salvamento nas vias urbanas, que era uma necessidade já assinalada pelos bombeiros voluntários, uma vez que a viatura que têm neste momento disponível, tem cerca de vinte a vinte e um anos ao serviço da população da Amadora.-----

Há cerca de quatro ou cinco anos, a Câmara Municipal da Amadora apoiou a compra de uma outra viatura de desencarceramento, mas para as grandes vias, é uma viatura com dimensões completamente diferentes desta que tem que atuar em ruas exíguas e é um outro tipo de veículo que estava obsoleto e que a Câmara Municipal da Amadora acordou no âmbito deste protocolo que já foi à Câmara Municipal a compra desse veículo. -----



Depois relativamente à questão do novo quartel, efetivamente há um compromisso deste Executivo para a criação de um novo espaço para o novo quartel, estaremos a trabalhar nesse espaço e oportunamente, trazemos a esta assembleia novidades sobre isso. -----

Depois, senhora Deputada Joana Botas, a competência das consultas de IVG cabe ao Ministério da Saúde, temos feito junto do Ministério da Saúde e junto do Hospital Amadora-Sintra, a nossa opinião sobre isso, sabemos que existem outras infraestruturas onde podem recorrer, mas estamos a acompanhar também esse assunto, que é para nós também da máxima importância, uma vez que deveria haver uma resposta no Município da Amadora para isso, mas a responsabilidade é, efetivamente, única e exclusivamente do Ministério da Saúde. -----

Senhor Presidente, respondi a tudo o que me foi perguntado e não respondi ao senhor Deputado Nuno Freitas, nem ao senhor Deputado Tiago Resende, porque são intervenções que tem, que são comuns e dizer-lhe também e obrigado a apresentação que fez das intervenções que foram feitas e do bom trabalho de Câmara no período compreendido entre dezembro desde a última Assembleia até agora. -----
Muito obrigado.” -----

Pelo senhor **Luís Corrêa Costa** (BE) (Pedido de Esclarecimento): -----

“Muito obrigado, senhor Presidente. -----
O senhor Presidente, não respondeu a tudo, e eu até aproveito e reforço a pergunta como parte da sua intervenção, percebendo a importância da sustentabilidade ambiental, até da questão da economia das famílias, a dificuldade de estacionamento, a pergunta é, pondera a Câmara Municipal ter uma carreira, uma linha que faça a ligação entre as freguesias? Obrigado.” -----

Pelo senhor **Presidente da Câmara** (Resposta a Pedido de Esclarecimento): -----

“Todas as carreiras servem todas as freguesias e todas elas ligam aos interfaces de transportes públicos que servem depois todas as áreas territoriais das outras freguesias. De qualquer das formas, não tinha isso em mente, mas é um desafio que deixa comigo e comigo será tratado com a TML. -----
Muito obrigado. ” -----



O senhor **Presidente da Assembleia** declarou encerrado o presente período, passando ao seguinte. -----

VIII – PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

O senhor **Presidente da Assembleia** apresentou os assuntos constantes da Ordem do Dia, colocando aqueles à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos que de seguida se enuncia: -----

Ponto 1 – Apreciação e votação, ao abrigo e para os efeitos do artigo 145.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2025), da proposta da C.M.A. referente à “Demonstração do Desempenho Orçamental Relativo à Gerência do Ano 2024 (Proposta nº 37/2025)”; -----

Ponto 2 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa às “Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais) e Orçamento Ordinário de 2025 – 1ª Alteração Modificativa (Revisão) e 3ª Alteração Anos Seguintes (Proposta n.º 38/2025)”; -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, e de acordo com o que ficou definido em conferência de representantes, foi estabelecido um período de 30 minutos para a discussão em conjunto das propostas relativas aos pontos 1 e 2 da Ordem do Dia, sendo a respetiva votação efetuada de forma autónoma. -----

Informou ainda que as propostas foram analisadas pela Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração, que emitiu os respetivos pareceres, favoráveis por maioria. -----

De seguida deu a palavra ao senhor **Presidente de Câmara** para apresentação das propostas. -----

Pelo senhor **Presidente da Câmara**: -----



“Senhor Presidente, em relação ao ponto 1, no fundo, é o encerramento das contas relativamente ao ano de 2024 e o saldo de gerência transitado, pelos fluxos de caixa e dado que está encerrado o ano económico de 2024. -----

Estamos aqui a falar de uma verba de noventa e sete milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e trinta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos que nos permitirá, seguidamente, no ponto 2 da nossa ordem de trabalhos, fazer a primeira revisão orçamental deste ano que nos permite lançar mão de uma série de procedimentos e compromissos que temos com a cidade da Amadora, nomeadamente áreas como a habitação, como a construção de habitação, como a questão dos apoios que fazemos, ao parque habitacional privado, pelas empreitadas que temos em curso na reabilitação dos fogos, nos bairros municipais. Pelo lançamento do grande procedimento das refeições escolares, pelo transporte de crianças com necessidades especiais, pela intervenção, pelo aquilo que falámos há pouco, que era o protocolo com os bombeiros voluntários, que são cerca de um milhão, novecentos mil euros, com as questões que se tratam, pelas questões do saneamento dos resíduos, pelas questões que vamos também ver relativamente aos contratos interadministrativos e os autos de transferência para as juntas de freguesia, pelo protocolo que temos com o “Amadora Inova” e por questões de construção e reabilitação da Escola de Alfofnelos, do JI do Cerrado da Bica e com o apoio também ao auto realojamento no montante de trezentos mil euros. -----

Dizer que destes, trinta e oito milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil euros da revisão orçamental, referíamos a vinte e dois milhões de despesas correntes e quinze milhões das despesas de capital. -----

E, para já era só senhor Presidente.” -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura de inscrições e intervieram os seguintes Membros, nos termos que se enuncia: -----

Pelo senhor **Nuno Pereira** (CDS-PP): -----

“Muito obrigado, senhor Presidente. -----

O CDS como todos os anos, analisa os Orçamentos e as Grandes Opções do Plano. -----

A Câmara Municipal da Amadora, e é uma conversa que acaba por ser um bocadinho repetitiva, portanto, se isto foi algo que eu já disse aqui, não se admirem é o CDS sempre a bater no mesmo, porque o CDS sempre teve a ambição de fazer da Amadora uma cidade mais segura, através do reforço do papel da autoridade e de uma nova



geração de políticas de educação e de apoio social e é essencial que a Amadora consiga projetar para o país uma imagem de segurança e tranquilidade, pondo fim ao estigma de uma cidade insegura e violenta, que esta gestão socialista se mostrou incapaz de reverter. -----

Foi positivo o investimento anterior em vídeo proteção, mas nós defendemos alargar a vídeo proteção às zonas do concelho ainda não cobertas por este sistema de dissuasão da criminalidade e esse investimento não existe para além do ano 2025. -----

Os parques infantis em zonas como Vila Chã, Neudel e Parque Aventura estão em condições inaceitáveis e a falta de manutenção e a segurança preocupa aos pais, privando as crianças, de espaços seguros para brincar, e se desenvolver e o Parque Aventura não é sequer referido no documento das GOP. -----

Defendemos o investimento em infraestruturas desportivas e recreativas de qualidade, através da valorização do movimento associativo que o PS ignorou e requalificar o Parque das Artes e do Desporto que está ao abandono, com equipamentos destruídos, lixo e árvores mortas. -----

E, é necessário o orçamento participativo para propor, transformar o parque no Monsanto da Amadora para se tentar resolver um problema que é falta de iniciativa deste Executivo. -----

Defendemos a recuperação do valioso património histórico para a Amadora, porque uma cidade sem memória é uma cidade sem futuro e a gestão socialista deixa-nos um vergonhoso legado de abandono do património e destruição da memória histórica da Amadora, o património não se inventa, nem se fabrica, cuida-se e não está aqui a reabilitação do Palácio Condes da Lousã, no Alto da Damaia, um edifício classificado como imóvel de interesse público, património da Câmara Municipal da Amadora desde 2003 e que foi esventrado no âmbito de uma obra de reabilitação que se transformou num verdadeiro crime contra o património. Onde e em que estado estão os painéis de azulejos do século dezassete e dezoito que de lá foram retirados? -----

Queremos uma cidade mais segura, uma cidade para os jovens e amiga das famílias e das empresas. -----

Porque queremos um Presidente ou uma Presidente que pense primeiro na Amadora, depois na Amadora e ainda na Amadora e só depois no partido ou em si próprio.” -----

Pelo senhor **João Vieira** (PS): -----



"Boa noite, senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, caros colegas Deputados, digníssimo público aqui presente e que assiste a estes trabalhos a partir de casa. -----

O CDS tem muitos anseios, sem dúvida alguma, uns até poderão ser legítimos, o que não é legítimo, senhor Deputado, é vir aqui dizer que o Partido Socialista nada faz ou nada tem feito, e a realidade é só uma, senhor Deputado, é contrariada pelo facto de quatro em quatro anos, repetidas vezes, ao longo já de tantos anos seguidos, o Partido Socialista vencer as eleições na Amadora, da forma como vence, de forma categórica e que, de alguma forma, demonstra que os amadorenses confiam no Executivo do Partido Socialista, confiam no programa do Partido Socialista e confiam nas políticas que nós desenvolvemos." -----

Pelo senhor **Nuno Freitas** (PS): -----

"Senhor Presidente, senhor Presidente, senhores Deputados, público em geral e em casa. -----

Bom, eu, de facto, hoje ainda não tinha visto mais um episódio de como é que se chamam aquelas séries que aparecem na televisão de crime em tempo real, aquelas porcarias que normalmente aparece na televisão, mas, entretanto, o CDS-PP fez a gentileza de vir aqui fazer uma síntese dos episódios que tem visto, infelizmente, tem isto, ficção, mas não há problema nenhum, porque a ficção portuguesa até é muito boa, aliás, quem tenha ouvido a intervenção do CDS-PP e, de repente, agora pensava que o CDS-PP estava a viver noutra cidade, mas não há problema nenhum, nós também já estamos habituados a que eles vivam noutra realidade, portanto, outra cidade também é muito mais perto. -----

O que se passou com a intervenção, aliás, foi particularmente interessante, porque eu comecei a pensar que, ao fim deste tempo todo, afinal de contas o CDS-PP ainda não desistiu de tentar recuperar os militantes que perdeu para o CHEGA, acho que o discurso de, "cuidado que temos a ter aqui uma invasão de insegurança na Amadora", foi, é um discurso, deve, que o CDS-PP deve achar que lhe garante votos, mas pronto, mas depois descobrirá por sua própria conta e risco, que não é propriamente esse o único motivo pelo qual as pessoas deixaram de votar no CDS-PP e votam no CHEGA. -----

Dito isto, as duas notas, que eu gostava aqui de dizer, é, parece que deixamos aqui algumas coisas claras no que toca a tudo aquilo, à vivência que é feita na Amadora, o



senhor Presidente, depois com certeza, responderá melhor que eu, detalhe por detalhe a todas as mentiras que foram aqui passadas pela intervenção do CDS-PP. -----

Eu gostava de deixar só aqui duas coisas, duas notas importantes. -----

A primeira era, todos os anos nesta altura, geralmente vem a ladainha habitual de que, "ah não investiram onde deviam ter investido, não fizeram que deviam ter feito e, para além disso, não cortaram nos impostos, que deviam ter cortado, não, tem muito dinheiro no banco, não sei se estou a repetir as coisas todas que normalmente os senhores dizem, o que acontece normalmente, eu hoje por acaso, tive a oportunidade de ver, por coincidência, por acaso, não é uma coisa costume de ver, mas como os senhores, os senhores da banca ali do lado direito, preocupam-se particularmente mais com o dinheiro de que com as pessoas, eu achei que esta notícia era capaz de dar um bom exemplo para perceber da importância de, os últimos dez anos foram, na economia mundial e na forma como isso afetou os municípios, e o importante, que é ter um pé-de-meia e ter um orçamento que permita acudir a urgências. -----

O senhor Deputado, não sei se saberá, talvez saiba, até é capaz de gostar dos carros, este foi o primeiro ano que Rolls-Royce apresentou dividendos desde o início da pandemia. -----

Eu estou-lhe a dar este exemplo que a si deve-lhe dizer alguma coisa, calculo eu, a mim não me diz muito, mas só para perceber que, tendo em conta que tivemos uma entidade particular que fabrica carros de luxo, que só pela primeira vez é que consegue ter dividendos, a Câmara Municipal da Amadora que tem que se preocupar com pessoas e não com dividendos, todos os anos, tem que ter backup financeiro para poder fazer obras, aliás o senhor Deputado tem estado a maior parte das sessões, portanto, tem visto a rubrica que nós temos feito relativamente às obras que têm sido feitas, algumas delas, se calhar, não seriam possíveis, aquelas obras que o Deputado diz que não existe na nossa intervenção, algumas delas dizem, não teriam sido possíveis, não tivesse sido o pé-de-meia que geralmente que a Câmara Municipal tem todo o cuidado de amealhar, mas eu dizia isto só para concluir a minha intervenção, porque a importância que é ter uma prestação de contas, em que se percebe claramente que não só se conseguiu manter um bom nível de investimento, como se conseguiu executar o programa principal do Partido Socialista, no que toca à melhoria das condições do munícipe e ainda assim, manter uma saúde financeira bastante razoável, é o motivo pelo qual nós continuamos a ter uma, como já foi dito aqui anteriormente, uma votação razoável nas eleições relativamente às propostas do Partido Socialista. -----



Disse, senhor Presidente.” -----

Pelo senhor **Nuno Pereira** (CDS-PP) (Pedido de esclarecimento): -----

“Muito obrigado, senhor Presidente, queria fazer aqui um conjunto de questões ou se eu for demasiado económico, até só faço duas, o pedido de esclarecimento à intervenção do senhor deputado, e o pedido de esclarecimento que eu queria fazer ao senhor deputado é, se acha que nós estamos na Assembleia Municipal de Amadora ou se estamos na assembleia de acionistas da *Rolls-Royce*, eu gostava que nos esclarecesse esse ponto. -- E, depois outro ponto que eu gostava que fosse esclarecido que é, ao longo dos mandatos do Partido Socialista, os meios financeiros no balanço da Câmara Municipal têm aumentado ou têm diminuído? -----
É porque o balanço que eu tenho consultado tem aumentado sempre até atingir à volta de cento e vinte milhões de euros, e isso não me parece que seja uma gestão criteriosa dos dinheiros, isso parece-me que é cobrar mais do que aquilo que a Câmara investe e gostava que o senhor Deputado me esclarecesse estes pontos.” -----

Pelo senhor **Nuno Freitas** (PS) (Repota ao pedido de esclarecimento): -----

“Bom, antes de mais nada, como costumam dizer nestas circunstâncias, ainda bem que faz essa pergunta. -----

Em primeiro lugar, só para lhe dizer, duvido que estejamos numa assembleia de acionistas da *Rolls-Royce*, quanto mais não seja, porque, cálculo que nenhum de nós aqui, pelo menos deste lado da bancada, tenha dinheiro para isso, mas não sei pelos outros, não faço ideia, peço desculpa, peço desculpa, posso estar enganado. -----

Bom, relativamente à pergunta que me colocou, do que é uma gestão criteriosa, eu relembro o senhor Deputado, que aquilo que o senhor Deputado entende e o que nós entendemos, nós, o Partido Socialista, entendemos por uma gestão criteriosa, tem a ver com uma forma como se estabelecem prioridades, como a prioridade do Partido Socialista é garantir que todos os municípios têm um conjunto de condições de habitabilidade e todas as empresas que têm os seus negócios baseados na Amadora têm condições adequadas para poderem crescer, evoluir de forma razoável, esse é o nosso critério. Sim, nós temos uma gestão criteriosa e, portanto, a nossa gestão financeira e os saldos que apresentamos é precisamente tendo de um lado que ponderar o tipo de receitas que vamos cobrar, de outro lado, acudir, ao cuidado que temos para empregar esses receitas, quer em gestão normal, quer em situações como o COVID, aumento do



preço dos combustíveis ou, já agora que me foi feita a pergunta, eu aproveito a oportunidade para relembrar, como, por exemplo, como agora foi feito, que se viu nesta alteração orçamental várias correções, porque o aumento de custos de produção, nomeadamente, por via dos combustíveis, implicou que a câmara tivesse que corrigir cadernos de encargos, portanto, tivesse que meter mais dinheiro, portanto, tivesse ter mais dinheiro disponível e, portanto, essa reserva disponível e é uma gestão criteriosa, porque, em última instância, é essa reserva disponível que nos permite, depois resolver os problemas reais que são geridos, que são criados pela gestão financeira de uma câmara municipal e esses problemas reais são aqueles que beneficiam melhor a vida dos munícipes, quer seja os munícipes que têm um rendimento mínimo, quer seja os munícipes que têm rendimentos muito superiores, porque é aí que nós temos que fazer o nosso trabalho, em todos os dados, mas em função das necessidades de cada um, sempre, obviamente, o cuidado de garantir que queremos boas condições para o negócio na Amadora, como se pode ver, aliás, pelo número de empresas que continuam a trabalhar na Amadora, e investir na Amadora, pelos vistos, é bom. -----
Disse, senhor Presidente.” -----

Pelo senhor **Luís Corrêa Costa** (BE): -----
“Obrigado, senhor Presidente, o senhor Deputado Nuno Freitas lembrou-me aqui de uma situação que eu por acaso gostaria de fazer a pergunta ao senhor Presidente. -----
Há informações de que a Empresa Vitória, a empresa farmacêutica, vai deslocalizar a sua fábrica, a sua atividade laboral aqui da Amadora, a Câmara tem alguma informação sobre esta situação, alguma informação que possa acrescentar? -----
Obrigado.” -----

Pelo senhor **Presidente da Câmara**: -----
“Muito obrigado, senhor Presidente, senhor Deputado Nuno Pereira, o que estamos aqui a discutir é a revisão orçamental, não estamos a discutir o plano. -----
O senhor Deputado vem aqui dizer que não tem o Parque Aventura, que não tem o Parque das Artes e do Desporto, pois não tem, porque isto é revisão orçamental, é a incorporação de verbas, das que ficaram não definidas e com as respetivas opções políticas, que já estava no plano, são documentos completamente diferentes. -----
O que estamos aqui a discutir é uma revisão orçamental em ações que nós quisemos fazer agora, Parque das Artes e do Desporto está no plano e orçamento, que foi



aprovado no final do ano, Parque Aventura está no plano e orçamento que foi aprovado no final do ano, portanto, senhor Deputado, não podemos confundir os documentos, são documentos completamente distintos e não podemos vir para aqui fazer este tipo de política a dizer que não está, quando o documento não é este, isto é uma revisão orçamental. -----

Depois, senhor Deputado Nuno Pereira fala em relação às questões de segurança, também no orçamento estava os valores para a reabilitação das esquadras, estava o valor para o aumento de mais cinquenta e nove câmaras, isto em termos de projeto para dar resposta ao aumento da vídeo proteção no nosso território e senhor Deputado, possivelmente desconhece as declarações do Secretário de Estado, Telmo Correia, que está aqui, no dia 27 a dar como exemplo a redução da criminalidade na Amadora, via, por via dos projetos, do projeto vídeo proteção da nossa Cidade. -----

Eu vou ler, é do dia de hoje. Telmo Correia do seu partido, Telmo Correia exemplificou com os casos da Amadora, onde na zona onde está a videovigilância, segundo os números da PSP, a criminalidade terá diminuído, qualquer coisa como 60%, são declarações do Secretário de Estado do seu partido. -----

Relativamente às questões dos Laboratórios Vitória, desconheço por completo essa informação, desconheço por completo, não tenho mesmo essa informação, estava aqui a perguntar à senhora Vereadora se tinha essa informação por parte dos laboratórios, desconheço por completo que os laboratórios Vitória estejam a pensar sair do nosso território. -----

Muito obrigado." -----

Pelo senhor **João Matos** (PSD): -----

"Senhor Presidente, mais uma vez muito boa noite também à Mesa, aos serviços, aos senhores Vereadores, estimados colegas Deputados, a quem nos acompanha lá em casa e quem está presente. -----

Bem, a pergunta que eu gostava de fazer ao senhor Presidente é relacionado, digamos, com esta e estamos obviamente, a falar de uma revisão orçamental, eu andei à procura na documentação e que gostava de ver aqui esclarecido um ponto que é o seguinte, é que dos trinta e oito milhões de euros, quinze milhões é para despesas de investimento e destes quinze milhões, sete milhões e meio, corrija-me se estou errado, é para a habitação, em que é que isto se traduz verdadeiramente senhor Presidente? -----

Muito obrigado." -----



Pelo senhor **Presidente da Câmara:** -----

“Então, dentro dos sete milhões e meio, temos três milhões, trezentos e cinquenta mil para aquisição de terrenos para construção de habitação acessível, temos um milhão de euros para reforço da empreitada do Casal da Mira, temos um milhão e duzentos mil euros para apoio à reabilitação do parque habitacional privado e temos trezentos mil euros para apoio ao auto realojamento, no âmbito do trabalho que temos feito ao longo dos anos na nossa cidade, para promover a habitação digna a quem vivia em habitações indignas. -----

Muito obrigado.” -----

Não se tendo verificado mais nenhuma intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Assembleia submeteu as referidas propostas a votação separadamente e nos seguintes termos: -----

A proposta relativa ao **Ponto nº 01** foi aprovada por maioria, tendo registado 21 votos a favor (PS), 5 votos contra (3 CDU e 2 CDS-PP) e 11 abstenções (6 PSD, 2 BE, 2 CHEGA e 1 PAN). -----

A proposta relativa ao **Ponto nº 02** foi aprovada por maioria, tendo registado 21 votos a favor (PS), 5 votos contra (3 CDU e 2 CDS-PP) e 11 abstenções (6 PSD, 2 BE, 2 CHEGA e 1 PAN). -----

Não esteve presente em ambas as votações o senhor Carlos Silva. -----

Os documentos ora aprovados, bem como os pareceres sobre os mesmos emitidos, encontram-se em anexo à presente ata, dela constituindo parte integrante. -----

Ponto 3 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da n.º 5 artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “Contrato-Programa a Celebrar com a Amadora Innovation, E.M. Unipessoal, Lda. (Proposta n.º 39/2025)”; -----



O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, e de acordo com o que ficou definido em conferência de representantes, foi estabelecido um período de 15 minutos para a discussão da presente proposta, tendo a mesma sido analisada pela Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração, que emitiu o respetivo parecer, favorável por maioria. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentação da proposta. -----

Pelo senhor **Presidente da Câmara**: -----

"Muito obrigado, senhor Presidente. -----

No fundo, o que se trata aqui do contrato-programa, mantendo tudo aquilo que estava anteriormente, tão somente uma atualização do valor a transferir no montante de setecentos mil, cento e catorze euros e quatro cêntimos, sofrendo aqui uma atualização, porque é disso que se trata, única exclusivamente uma atualização de mais quarenta mil euros, quarenta mil, cento e noventa euros, em relação ao ano anterior, mantendo também a aposta no reforço do trabalho que é feito pelo "Amadora Inova", no que se trata do Projeto 12-15 no que se trata, no apoio que fazem à população sénior, com a oficina multisserviços, com o apoio que também dão à Câmara Municipal da Amadora, através das intervenções que fazem nos centros de saúde, objeto de descentralização para a Câmara Municipal e, portanto, é única e exclusivamente a atualização do valor do contrato-programa. -----

Muito obrigado." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura de inscrições e interveio o seguinte membro: -----

Pelo senhor **Alcides de Matos** (PS): -----

"Boa noite, senhor Presidente, em si cumprimento a restante Mesa, boa noite, senhor Presidente da Câmara em si também cumprimento todos os Vereadores e todas as Vereadoras, caras e caros colegas da Assembleia, público aqui presente. -----

Era importante, de certa forma, enfatizar um pouco mais sobre o que o "Amadora Inova" ou "Amadora Innovation", portanto, produz, porque muitas vezes não se tem, peço desculpa, mas isto está mau, as pessoas não têm, portanto, muitas vezes a noção dos



trabalhos e de toda e de todo o aspeto social que se pratica naquela empresa, por exemplo, em 2024, foram realizadas quatro mil, setecentas e vinte e oito serviços, pequenas reparações e melhorias nas habitações dos moradores, portanto, com problemas sociais. -----

O serviço destina-se à população sénior, aos portadores, pessoas, portanto, portadoras de deficiência, Cartão 65+, residentes com baixos recursos económicos e em situações de dependência temporária ou permanente, também foi acrescentado nestas intervenções o apoio nas escolas, pequenas reparações nas escolas e também nos centros de saúde, conforme o senhor Presidente referiu, agora na parte final. -----

Em relação a outra, à inovação que se consegue alcançar nesta empresa, visto que trabalham com empresas, algumas empresas permitem criar o seu próprio negócio e fazer com que as pessoas possam, de facto, ter uma perspetiva de futuro melhor, portanto, e é extremamente importante, porque há vinte e sete empresas instaladas no espaços empresariais do Inova, abrangendo setores como a tecnologia, saúde, alimentação, comércio e consultoria de serviços, há nove projetos, o *coworking* que foi, que permitem um fomentação e a colaboração do *networking*, portanto, uma inovação, ou seja, a transformar a parte da informática como o dia a dia, que há pessoas que tinham e ainda tem alguns problemas. -----

Trinta e seis projetos, incubação virtual que beneficiam do suporte das ferramentas essenciais, ou seja, não precisam também de se deslocarem só porque podem resolver problemas e conselhos de uma forma virtual, oito projetos de pré-incubação que são extremamente importantes, porque é daí que vão nascendo novas unidades, um projeto de *e-commerce*, três projetos na área da restauração, um projeto de produção de energia eólica, um projeto serviços, um projeto de cuidados estéticos e um projeto na área da educação. -----

Há também uma loja de apoio social, em que foram apoiadas trezentas e cinquenta e uma famílias de vulnerabilidade social e carência económica, reforçando o seu compromisso com solidariedade e o apoio à comunidade, este espaço solidário tem como objetivo principal oferecer respostas concretas a situações de fragilidade, contribuindo ativamente para a melhoria da integração social e da qualidade de vida dos cidadãos do concelho. A loja de apoio social recebe e disponibiliza bens e produtos, doados por particulares, empresas e outras entidades, garantindo que se encontram em boas condições de higiene e utilização e promovendo a sua reutilização a quem mais



necessita, estão aqui roupa, carros de bebés, brinquedos, portanto, uma intervenção, portanto, social extremamente importante. -----

Há também no “Amadora Cuida”, sala de acolhimento, há a conciliação entre a vida profissional e a formação e parentalidade, muitas vezes, quando se fazem cursos no “Amadora Inova”, é preciso que as crianças de pessoas que estão a fazer os cursos, possam ser recolhidas enquanto o curso decorre, tem uma sala de acolhimento, um espaço criado para garantir ambiente seguro e adequado para crianças de um mês até cinco anos de idade. O ano passado mais de trinta crianças beneficiaram deste apoio, enquanto os seus encarregados de educação frequentavam um percurso de qualificação escolar ou profissional, numa escola do Município da Amadora, ou desenvolviam o seu projeto na “Amadora Inova”, este projeto resulta de um esforço conjunto da “Amadora Inova” e da Amadora Município, promovendo o equilíbrio entre formação e família. -----

Há também no “Amadora Inova” uma aceleradora de comércio digital em termos de uma empresa que lá está instalada, que consegue ter, portanto, fazer apoio a cerca de sete mil empresas da região, e este programa é muito pioneiro, é pioneiro, porque visa capacitar as empresas para enfrentarem os desafios e oportunidades do comércio digital. Por último, há também, portanto, ligado ao comércio e à parte que, portanto, já falei anteriormente da parte digital, também se fazem os primeiros pactos, os primeiros passos, para conseguir perceber o impacto que a inteligência artificial pode também em muitas destas empresas, pode vir a transformar também a sua vida. -----
Disse!” -----

Não se tendo registado mais nenhuma intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Proposta a votação, a qual foi aprovada por maioria, tendo obtido 31 votos a favor (20 PS, 6 PSD, 2 CDS-PP, 2 CHEGA e 1 PAN), 3 votos contra (CDU) e 2 abstenções (BE).-----

No momento da votação não se encontravam presentes o senhor Nuno Freitas e o senhor Carlos Silva. -----

O documento ora aprovado, bem com o parecer sobre o mesmo emitido, encontra-se em anexo à presente ata, dela constituindo parte integrante.-----



Ponto 4 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “Contrato Interadministrativo Delegação de Competências na Freguesia de Águas Livres (Monos/Intervenção Sociocultural) - Alteração (Proposta n.º 40/2025)”; -----

Ponto 5 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “Contrato Interadministrativo Delegação de Competências na Freguesia de Alfragide (Monos/Intervenção Sociocultural) - Alteração (Proposta n.º 41/2025)”; -----

Ponto 6 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “Contrato Interadministrativo Delegação de Competências na Freguesia de Encosta do Sol (Monos/Intervenção Sociocultural) - Alteração (Proposta n.º 42/2025)”; -----

Ponto 7 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “Contrato Interadministrativo Delegação de Competências na Freguesia de Falagueira – Venda Nova (Monos/Intervenção Sociocultural) - Alteração (Proposta n.º 43/2025)”; -----

Ponto 8 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “Contrato Interadministrativo Delegação de Competências na Freguesia de Mina de Água (Monos/Intervenção Sociocultural) - Alteração (Proposta n.º 44/2025)”; -----

Ponto 9 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “Contrato Interadministrativo Delegação de



Competências na Freguesia de Venteira (Monos/Intervenção Sociocultural) - Alteração (Proposta n.º 45/2025)”; -----

Ponto 10 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “*Contrato Interadministrativo Delegação de Competências na Freguesia de Águas Livres (Calçadas) - Alteração (Proposta n.º 46/2025)”; -----*

Ponto 11 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “*Contrato Interadministrativo Delegação de Competências na Freguesia de Alfragide (Calçadas) - Alteração (Proposta n.º 47/2025)”; -----*

Ponto 12 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “*Contrato Interadministrativo Delegação de Competências na Freguesia de Encosta do Sol (Calçadas) - Alteração (Proposta n.º 48/2025)”; -----*

Ponto 13 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “*Contrato Interadministrativo Delegação de Competências na Freguesia de Falagueira – Venda Nova (Calçadas) - Alteração (Proposta n.º 49/2025)”; -----*

Ponto 14 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “*Contrato Interadministrativo Delegação de Competências na Freguesia de Mina de Água (Calçadas) - Alteração (Proposta n.º 50/2025)”; -----*



Ponto 15 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “Contrato Interadministrativo Delegação de Competências na Freguesia de Venteira (Calçadas) - Alteração (Proposta n.º 51/2025)”; -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, de acordo com o estabelecido em conferência de representantes, as propostas relativas aos pontos n.ºs 4 a 15 da Ordem do Dia, serão discutidas em conjunto, por um período de 15 minutos, tendo as mesmas sido analisadas pela Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração, que emitiu parecer favorável por maioria, quanto às propostas dos pontos n.º 4 a 9, e por unanimidade dos pontos n.º 10 a 15. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentação das propostas. -----

Pelo senhor **Presidente da Câmara:** -----

“Muito obrigado, senhor Presidente. -----

Como disse, relativamente do ponto 4 ao ponto 15 e aquilo que referiu, não há nenhuma qualquer alteração à delegação de competências, aquilo que existe aqui é única e exclusivamente uma atualização dos valores dos salários, onde existam recursos, nomeadamente assistentes técnicos e assistentes operacionais. Como disse, no momento em que aprovámos as delegações para o ano, os contratos interadministrativos para o ano de 2025, na altura, na aprovação do orçamento, aquilo que se conhecia do valor da tabela remuneratória da função pública para o ordenado mínimo nacional era oitocentos e cinquenta euros, afirmando-se na altura e esse momento que, possivelmente, o valor iria ser superior mediante a discussão do Orçamento de Estado e também das reuniões com os sindicatos da Administração Pública. -----

Na altura disse-o aqui e nas comissões, que logo que tivéssemos conhecimento da atualização dos salários e logo que houvesse a primeira Assembleia Municipal, traria à Câmara como fiz, e ao Executivo, e à Assembleia Municipal, o valor atualizado em função das tabelas remuneratórias, neste caso para os assistentes técnicos e para os assistentes operacionais, na altura em que foi elaborado o orçamento, cada recurso



mensal, do ponto de vista da carreira de assistente operacional, aquilo que foi contabilizado, foi oitocentos e cinquenta euros, que era aquilo que era conhecido à altura e depois já na segunda quinzena de Dezembro, após o acordo entre o Governo e os sindicatos, o valor que ficou estabelecido foi de oitocentos e setenta e oito e quarenta e um, quer isto dizer que, por cada assistente operacional nos recursos, contratos interadministrativos, por mês, logo aqui havia uma diferença de vinte e oito ponto quarenta e um, que as juntas teriam que pagar, sempre achei que era injusto, uma vez que, passando esta competência para as juntas de freguesia que caberia à Câmara Municipal, ajustar os valores assim que fossem conhecidos, e é isso que trazemos aqui hoje para a consideração dos senhores Deputados Municipais, única e exclusivamente atualização de valores com a tabela remuneratória para 2025 em função dos inúmeros recursos e que em cada uma destas carreiras para os contratos interadministrativos. --- Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

Não se tendo registado mais nenhuma intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu as referidas propostas a votação separadamente e nos seguintes termos: -----

A proposta relativa ao **Ponto nº 04** foi aprovada por maioria, tendo registado 26 votos a favor (20 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA). -

A proposta relativa ao **Ponto nº 05** foi aprovada por maioria, tendo registado 26 votos a favor (20 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA). -

A proposta relativa ao **Ponto nº 06** foi aprovada por maioria, tendo registado 26 votos a favor (20 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA). -

A proposta relativa ao **Ponto nº 07** foi aprovada por maioria, tendo registado 26 votos a favor (20 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA). -

A proposta relativa ao **Ponto nº 08** foi aprovada por maioria, tendo registado 26 votos a favor (20 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA). -

A proposta relativa ao **Ponto nº 09** foi aprovada por maioria, tendo registado 26 votos a favor (20 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA). -



A proposta relativa ao **Ponto nº 10** foi aprovada por maioria, tendo registado 26 votos a favor (20 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA). -

A proposta relativa ao **Ponto nº 11** foi aprovada por maioria, tendo registado 26 votos a favor (20 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA). -

A proposta relativa ao **Ponto nº 12** foi aprovada por maioria, tendo registado 26 votos a favor (20 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA). -

A proposta relativa ao **Ponto n.º 13** foi aprovada por maioria, tendo registado 26 votos a favor (20 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA) -

A proposta relativa ao **Ponto n.º 14** foi aprovada por maioria, tendo registado 26 votos a favor (20 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA) -

A proposta relativa ao **Ponto n.º 15** foi aprovada por maioria, tendo registado 26 votos a favor (20 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA). -

No momento da votação não se encontrava presente o senhor Carlos Silva. -----

Os documentos ora aprovados, bem como os pareceres sobre os mesmos emitidos, encontram-se em anexo à presente ata, dela constituindo parte integrante. -----

Ponto 16 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia Águas Livres (Intervenção no Espaço Público) (Proposta n.º 52/2025)”; -----

Ponto 17 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “Contrato Interadministrativo de Delegação de



Competências na Freguesia de Alfragide (Intervenção no Espaço Público) (Proposta n.º 53/2025)”; -----

Ponto 18 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “*Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Encosta do Sol (Intervenção no Espaço Público) (Proposta n.º 54/2025)”; -----*

Ponto 19 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “*Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Falagueira – Venda Nova (Intervenção no Espaço Público) (Proposta n.º 55/2025)”; -----*

Ponto 20 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “*Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia Mina de Água (Intervenção no Espaço Público) (Proposta n.º 56/2025)”; -----*

Ponto 21 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “*Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Venteira (Intervenção no Espaço Público) (Proposta n.º 57/2025)”; -----*

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, de acordo com o estabelecido em conferência de representantes, as propostas relativas dos pontos n.ºs 16 a 21 da Ordem do Dia, serão discutidas em conjunto, por um período de 15 minutos, sendo a respetiva votação efetuada de forma autónoma, tendo as mesmas sido analisadas pela Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração, que emitiu parecer favorável por unanimidade, relativamente a todas as propostas. -----



O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentação das propostas. -----

Pelo senhor **Presidente da Câmara**: -----

"Sim, senhor Presidente, trata-se aqui de seis propostas de novo contrato interadministrativo para as Juntas de Freguesia, para intervenção em espaço público, cumprindo um teto de cem mil euros por ano para intervenções diretas pela proximidade, pela urgência e cumprindo integralmente o código dos contratos públicos através do lançamento de procedimentos nas plataformas e respetivos procedimentos do Código dos Contratos Públicos. Estas intervenções virão sempre à Câmara, dirigidas ao senhor Presidente de Câmara, que validará também com os serviços competentes, o tipo de intervenção, mapa de quantidades e orçamentos que, depois de validada, serão lançadas pelas respetivas Juntas de Freguesia e o pagamento será sempre executado mediante apresentação de autos mensais, até ao final do ano. Esta verba será um teto máximo de cem mil euros, que incluirá o IVA e cujo valor não poderá ser transitado para o ano seguinte, o ano económico seguinte, à exceção de ser fundamentado que, por alguma dificuldade, a obra já validada nos meses anteriores, não ficou concluída até ao final do mês e aí será possível que a verba transite e seja paga no ano seguinte.-----
E, para já, era só senhor Presidente". -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura de inscrições e intervieram os seguintes Membros, nos termos que se enuncia: -----

Pelo senhor **Luís Corrêa Costa** (BE): -----

"Muito obrigado, senhor Presidente, senhor Presidente de Câmara. -----
Isto é o normal do Bloco, no decurso das negociações, sabemos que, enfim, é o valor encontrado por ambas as partes, o melhor valor possível, a pergunta também dirigida aqui aos representantes das Juntas de Freguesia, é um espaço próprio para poderem dizer se é ou não suficiente para fazer face às necessidades. Eu sobre este caso em específico, pergunto-lhe o tipo de intervenção que será feita será realizada pelos funcionários da Junta ou pela Câmara Municipal, e digo isto porque há cada vez mais uma preocupação crescente, pelo menos da parte do Bloco de Esquerda, que esta transferência de competências em algumas juntas, tem também aumentado aquilo que é o nível de precariedade junto dos funcionários nas juntas e preocupa-nos, porque



entendemos que, pelo menos, eram esses os desígnios do Partido Socialista, quando criou a agenda do trabalho digno, em acabar com a precariedade e com os recibos verdes e os contratos CEI nas Juntas de Freguesia, em todos os Órgãos Autárquicos e no Estado que tinha e, portanto, parece-nos que nós apoiamos tudo o que é a transferência de competências para as freguesias, são a primeira linha naquilo que é o apoio à população, contato com a população, mas por outro lado, há uma preocupação crescente sobre aquilo que é o aumento desta precariedade na contratação de pessoas para fazer face às necessidades. -----

Obrigado". -----

Pelo senhor **Jaime Garcia** (PS) (Presidente da Junta de Freguesia Águas Livres): -----

"Ora, muito boa noite senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, respetivas Mesas, senhores Deputados e digníssimo público em casa e aqui presente. -----

Eu, antes de começar a minha intervenção, fazia uma pergunta ao senhor Presidente. Estas verbas fazem parte da atualização que votamos há pouco, ou seja, como é que eu hei de dizer, não faz parte do orçamento anterior, é da revisão, faz parte, só por causa de alguns senhores Deputados que vieram aqui e tiveram dificuldade em perceber qual era o valor correspondente para esta revisão e quer dizer que isto também conta, portanto, também faz parte da revisão orçamental. Ótimo era isso que eu queria saber e penso que estamos esclarecidos sobre a matéria. -----

Senhor Presidente, eu quero, isto é um ato que deve ser elogiado e enaltecido, porque se há coisas que existe parceria é quando se entendem ambas as partes, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, eu posso falar por mim, mas também consigo de alguma forma, interceder junto ou saber que os nossos colegas, os meus colegas Presidentes de Junta, terão oportunidade de dizer que esta situação, para além de ter sido proposta em tempos por um colega Presidente de Junta, concretamente o de Alfragide, veio a concretizar-se agora e isto não tem, nem mais nem menos do que vir ao encontro de necessidades imperiosas em alguns momentos que requeriam o trabalho da Câmara, a situação tornava-se morosa em algumas pequenas intervenções que, por serem morosas, tornavam-se grandes intervenções, iam-se agudizando e, entretanto, como há melhor do que isso, é ter a oportunidade de Juntas de Freguesia que estão no terreno, que sabem o que se passa, sabem ver em primeira mão o que é mais, o que é mais prioritário, e terão oportunidade então de aplicar seja verbas, tal qual como um



colega propôs em tempos e que vem agora a concretizar-se mais uma vez e, repito, isso dará benefício a quem? -----

Às populações, para as populações que nós trabalhamos e é com as populações que nós fazemos este tipo de parcerias e é para as populações que nós fazemos com que as coisas se tratem mais rápidas, e, se calhar, com menores custos, porque serão tratadas diretamente connosco, portanto, é nessa vertente que eu dizia que isto tem que ser elogiado e enaltecido, parabéns e acredito que isto vai resultar seguramente as verbas se resultarem no primeiro ano de ensaio, seguramente para o ano, o senhor Deputado do Bloco de Esquerda, virá aqui elogiar, porque a gente negociará seguramente outras verbas, adiantaremos outras verbas para podermos fazer mais trabalho e isso é aquilo que nós queremos fazer, trabalhar para as populações. Muito obrigado”. -----

Pelo senhor **Luís Corrêa Costa** (BE) (Interpelação à Mesa): -----

“É uma interpelação à Mesa, só mesmo para esclarecer senhor Presidente (...) -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia**: -----

“É sobre a condução dos trabalhos naturalmente”. -----

Retoma o Orador: -----

(...) sobre a condução dos trabalhos e esclarecer a Assembleia, este do bloco, eu tenho orgulho em dizer bloco. Este bloco de propostas que nós estamos a votar agora, não é uma revisão, eu subentendi, houve aqui alguma coisa, um equívoco naquilo que foi dito há pouco, esta é uma proposta nova que vai ser aprovada pela Assembleia? (...) -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia**: -----

“É a revisão orçamental”. -----

Retoma o Orador: -----

(...) Certo, certo muito obrigado”. -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para as respostas tidas por convenientes. -----

Pelo senhor **Presidente da Câmara**: -----



“Muito obrigado, senhor Presidente. Efetivamente, penso que aquilo que quis dizer o senhor Presidente Jaime Garcia, Presidente da Junta de Freguesia das Águas Livres, é que, no ponto anterior, com a apresentação da proposta da revisão orçamental, estariam englobadas estas verbas, assim como as atualizações de todos os outros contratos interadministrativos, aliás, não podia ser de outra forma, nós para que seja possível aprovar aqui estas propostas, teríamos que ter incorporadas as verbas através da revisão orçamental, não podia ser de outra forma, portanto, penso que terá sido isso que disse o senhor Presidente Jaime e é isso que eu confirmo, porque, efetivamente, só podia ser dessa forma aquilo que tínhamos há pouco era incorporado estas verbas que são cerca de seiscentos mil euros, que são seis juntas e são seis contratos interadministrativos para intervenção em espaço público, com as devidas alterações remuneratórias que falei anterior, portanto, todas essas verbas estão na revisão orçamental que falámos há pouco.-----

Depois agradecer também aos senhores Presidentes de Junta, a forma rápida e a forma de parceria que chegámos a um consenso e um acordo relativamente a estes contratos interadministrativos, porque é, efetivamente, a nossa mais-valia e o nosso objetivo, é servir melhor as populações, pela proximidade, pela rapidez com que se pode fazer este tipo de intervenções.-----

O senhor Deputado Luís Costa, perguntou se as intervenções eram feitas ou pelos funcionários das juntas ou pelos funcionários municipais. Não, a transferência deste tipo de intervenção caberá às Juntas decidir o que é que vão fazer se vão fazer por administração direta, se vão lançar procedimentos de empreitada e isso eu há pouco também disse, qualquer procedimento desta natureza, tem que cumprir integralmente o Código dos Contratos Públicos, através dos meios que estão definidos para o efeito. A Câmara Municipal limita-se numa primeira fase a validar a proposta de intervenção, os respetivos materiais, mapa de quantidades e preços e acompanhará a obra para que seja possível a sua boa e regular execução de obra.-----

E, é só isto muito obrigado”. -----

Não se tendo registado mais nenhuma intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu as referidas propostas a votação separadamente e nos seguintes termos: -----



A proposta relativa ao **Ponto n.º 16** foi aprovada por maioria, tendo registado 27 votos a favor (21 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA) --

A proposta relativa ao **Ponto n.º 17** foi aprovada por maioria, tendo registado 27 votos a favor (21 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA) --

A proposta relativa ao **Ponto n.º 18** foi aprovada por maioria, tendo registado 27 votos a favor (21 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA) --

A proposta relativa ao **Ponto n.º 19** foi aprovada por maioria, tendo registado 27 votos a favor (21 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA) --

A proposta relativa ao **Ponto n.º 20** foi aprovada por maioria, tendo registado 27 votos a favor (21 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA) --

A proposta relativa ao **Ponto n.º 21** foi aprovada por maioria, tendo registado 27 votos a favor (21 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA) --

No momento da votação não se encontrava presente o senhor Carlos Silva. -----

Os documentos ora aprovados, bem como os pareceres sobre os mesmos emitidos, encontram-se em anexo à presente ata, dela constituindo parte integrante. -----

Ponto 22 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, da proposta da C.M.A. relativa à “Transferência de Recursos para a Freguesia das Águas Livres para o Exercício das Competências (Auto) no âmbito do DL n.º 57/2019 de 30.04 – Alteração – Recursos 2025 (Proposta n.º 58/2025)”; -----

Ponto 23 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, da proposta da C.M.A. relativa à “Transferência de Recursos para a Freguesia de Alfragide para o Exercício das



Competências (Auto) no âmbito do DL n.º 57/2019 de 30.04 – Alteração – Recursos 2025 (Proposta n.º 59/2025)”; -----

Ponto 24 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, da proposta da C.M.A. relativa à “Transferência de Recursos para a Freguesia de Encosta do Sol para o Exercício das Competências (Auto) no âmbito do DL n.º 57/2019 de 30.04 – Alteração – Recursos 2025 (Proposta n.º 60/2025)”; -----

Ponto 25 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, da proposta da C.M.A. relativa à “Transferência de Recursos para a Freguesia de Falagueira – Venda Nova para o Exercício das Competências (Auto) no âmbito do DL n.º 57/2019 de 30.04 – Alteração – Recursos 2025 (Proposta n.º 61/2025)”; -----

Ponto 26 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, da proposta da C.M.A. relativa à “Transferência de Recursos para a Freguesia de Mina de Água para o Exercício das Competências (Auto) no âmbito do DL n.º 57/2019 de 30.04 – Alteração – Recursos 2025 (Proposta n.º 62/2025)”; -----

Ponto 27 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, da proposta da C.M.A. relativa à “Transferência de Recursos para a Freguesia de Venteira para o Exercício das Competências (Auto) no âmbito do DL n.º 57/2019 de 30.04 – Alteração – Recursos 2025 (Proposta n.º 63/2025)”; -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, de acordo com o estabelecido em conferência de representantes, as propostas relativas dos pontos n.ºs 22 a 27 da Ordem do Dia, serão discutidas em conjunto, por um período de 15 minutos, sendo a respetiva votação efetuada de forma autónoma, tendo as mesmas sido analisadas pela Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração, que emitiu parecer favorável por maioria, relativamente a todas as propostas. -----



O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentação das propostas. -----

Pelo senhor **Presidente da Câmara**: -----

"Muito obrigado, senhor Presidente. -----

Trata-se dos autos no âmbito das competências e do Orçamento de Estado, aqui também a atualização das verbas relativamente às carreiras de assistente técnico e assistente operacional e também a transferência de uma verba de dezoito mil euros ano, para cada uma das juntas, para efeitos de reforço da limpeza pública e para a aquisição de equipamentos também com este objetivo de reforçar a limpeza pública na nossa cidade. -----

E, é só senhor Presidente, muito obrigado". -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura de inscrições e interveio o seguinte Membro, nos termos que se enuncia: -----

Pela senhora **Rafaela Heitor** (PS) (Presidente da Jta Freg. Falagueira/Venda Nova): ---

"Boa noite a todos, senhor Presidente, restante Mesa, senhor Presidente da Câmara, Vereadores, senhores Deputados, público aqui presente e em casa. -----

Deixar nota, que esta alteração quer do reforço das verbas às bases remuneratórias, quer também, aqui importa referir a importância deste aumento desta verba, não só o aumento da verba para a aquisição de equipamento para a limpeza pública, assim como também permite não ser uma viatura, mas permite a cada Junta de Freguesia ter a sua própria necessidade e permitir aqui um alargamento mediante a necessidade de cada Junta de Freguesia de poder adquirir o que se enquadra melhor no seu trabalho diário.-- Obrigada". -----

Não se tendo verificado mais nenhuma intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu as referidas propostas a votação separadamente e nos seguintes termos: -----

A proposta relativa ao **Ponto n.º 22** foi aprovada por maioria, tendo registado 23 votos a favor (17 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA) --



A proposta relativa ao **Ponto n.º 23** foi aprovada por maioria, tendo registado 23 votos a favor (17 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA) --

A proposta relativa ao **Ponto n.º 24** foi aprovada por maioria, tendo registado 23 votos a favor (17 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA) --

A proposta relativa ao **Ponto n.º 25** foi aprovada por maioria, tendo registado 23 votos a favor (17 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA) --

A proposta relativa ao **Ponto n.º 26** foi aprovada por maioria, tendo registado 23 votos a favor (17 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA) --

A proposta relativa ao **Ponto n.º 27** foi aprovada por maioria, tendo registado 23 votos a favor (17 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA) --

No momento da votação não se encontrava presente o senhor Carlos Silva. -----

Os documentos ora aprovados, bem como os pareceres sobre os mesmos emitidos, encontram-se em anexo à presente ata, dela constituindo parte integrante. -----

Ponto 28 – Ponto 28 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa a “Projeto de Regulamento das Creches Municipais (Proposta n.º 75/2025)”; -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, e de acordo com o que ficou definido em conferência de representantes, foi estabelecido um período de 15 minutos para a discussão da presente proposta, tendo a mesma sido analisada pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, que emitiu o respetivo parecer, favorável por maioria. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentação da proposta. -----



Pelo senhor **Presidente da Câmara**: -----

"Muito obrigado, senhor Presidente. -----

Após a adesão do Município da Amadora ao Programa "Creche Feliz", foi necessário termos uma regulamentação própria relativamente aos critérios de inscrição, admissão, matrícula e funcionamento das creches municipais que são duas, sob a gestão direta do Município da Amadora, portanto, temos "A Romã" na Freguesia da Mina de Água, e na Á-da-Beja também, as duas creches municipais. Este regulamento estava incorporado no Código Regulamentar e foi necessário autonomizá-lo. Este projeto de regulamento esteve em discussão pública, não tendo havido nenhuma questão ou qualquer sugestão, portanto, é isso que se propõe aqui à Assembleia Municipal, a autonomização do regulamento municipal para as creches municipais, tendo sido objeto de discussão pública e não tendo havido qualquer pronúncia para o efeito. -----

E, era só senhor Presidente, muito obrigado". -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura de inscrições e intervieram os seguintes Membros, nos termos que se enuncia: -----

Pela senhora **Vitalina Silva (PS)**: -----

"Boa noite, senhor Presidente da Assembleia Municipal, demais elementos da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, colegas, público aqui presente e em casa. -----

Apenas para referir que, efetivamente, como o senhor Presidente da Câmara disse, e bem, houve uma necessidade de fazer uma alteração que teve claramente que ver com a adaptação necessária à legislação em vigor, nomeadamente por causa de aplicação da Portaria 426/2023 de 11 de dezembro, que estendeu a medida da gratuidade das creches à rede pública, nomeadamente aquelas cuja gestão estão na base das autarquias locais, e tal como também disse, e bem, o senhor Presidente, a necessidade de fazer uma alteração ao Código Regulamentar do Município, nomeadamente quanto aos artigos 780 a 802, e também dizer que nas creches municipais que nós temos sob a nossa gestão direta, são a Creche Romã e Á-da-Beja, ambas na freguesia da Mina de Água, e que desde o ano letivo 2023/2024, a Creche Romã que era uma creche que servia somente os filhos dos funcionários da Câmara, deixou de ser e passou também a ser mais um estabelecimento para acolher crianças de todos os residentes no Concelho



da Amadora e ou trabalhadores aqui especificamente, conforme as regras do próprio "Programa da Creche Feliz". -----

Salientar que estas duas creches têm capacidade para receber oitenta e oito crianças, cada uma delas quarenta e quatro, têm ambas três salas divididas em berçário, sala 1 e sala 2. -----

No berçário são para dez crianças dos quatro aos doze meses de idade. A sala, 1, dezasseis crianças dos doze aos vinte e quatro meses de idade e a sala 2 de dezoito crianças dos vinte e quatro aos trinta e seis meses. -----

A capacidade máxima está ocupada na Creche Romã, portanto, neste momento "A Romã", tem as quarenta e quatro crianças, em Á-da-Beja, temos cinco vagas, estando neste momento então com uma capacidade de trinta e nove crianças ocupadas, do berçário, temos duas vagas, portanto, estão oito crianças na sala um, que são crianças dos doze aos vinte e quatro meses, existe uma vaga e na sala 2 dezasseis crianças dos 24 vinte e quatro aos trinta e seis meses, duas vagas. Estas cinco vagas estão já em processo de integração. Não temos qualquer lista de espera e a única situação que se põe aqui a Á-da-Beja é que há mais dificuldade dos pais aderirem até por causa da própria acessibilidade e do local onde se encontra, mas que são situações que brevemente serão, terão os seus dias muito melhores. -----

Muito obrigada".-----

Pelo senhor **Luís Corrêa Costa** (BE): -----

"Muito obrigado, senhor Presidente, numa Cidade, num Município com mais de cento e setenta mil habitantes, com tantas famílias, eu tenho alguma dificuldade em entender que não existem lista de espera. Fico contente, se assim for, não estou a duvidar da situação, mas parece-me, enfim, face àquilo que é sentido junto da população, existe alguma dificuldade em colocar crianças em creche e, portanto, gostaria só de uma confirmação destes valores, destes números que foram apresentados e, enfim, só para garantir que esta informação fica bem explícita nesta Assembleia. -----

Obrigado".-----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para as respostas tidas por convenientes.-----

Pelo senhor **Presidente da Câmara**: -----



“Muito obrigado, senhor Presidente, é efetivamente os dados que detemos neste momento, mas dizer que, independentemente disto ser na resposta do Município da Amadora, existem outras IPSS, instituições na Cidade, que prestam também este serviço à população. De qualquer das formas também não fico contente com este número de vagas e, por isso, estamos a trabalhar, aliás, já veio à Câmara, mas depois não teve proposta, não teve candidaturas para efeitos de lançamento de empreitada e vamos trazer brevemente uma construção da nova Creche Romã, no Estaleiro Municipal da Amadora. É isso que estamos a trabalhar neste momento e também numa nova empreitada, construção do edifício de creche/jardim de infância, na zona dos Moinhos da Funcheira, junto à unidade Aristides Sousa Mendes, uma vez que, na altura, o terreno tinha sido cedido para creche, para esse efeito, o projeto está executado, estão neste momento a concluir o projeto de execução, por isso, acredito, acredito que ainda neste ano seja possível trazer à Câmara Municipal, o lançamento dessa nova empreitada. Muito obrigado”.-----

Não se tendo registado mais nenhuma intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Proposta a votação, a qual foi aprovada por maioria, tendo obtido 26 votos a favor (20 PS, 3 CDU, 2 BE e 1 PAN) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CDS-PP e 2 CHEGA).-----

No momento da votação não se encontrava presente o senhor Carlos Silva. -----

O documento ora aprovado, bem como o parecer sobre o mesmo emitido, encontra-se em anexo à presente ata, dela constituindo parte integrante. -----

Ponto 29 - Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa a “*Procedimento de Recrutamento para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau, Gabinete de Estudos Financeiros e Inventário (GEFI) – Composição do Júri (Proposta n.º 78/2025)*”;-----

Ponto 30 Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, da proposta da



C.M.A. relativa a “*Procedimento de Recrutamento para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau, Divisão de Intervenção Cultural (DIC) – Composição do Júri (Proposta n.º 79/2025)*”;-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, de acordo com o estabelecido em conferência de representantes, as propostas relativas dos pontos n.ºs 29 e 30 da Ordem do Dia, serão discutidas em conjunto, por um período de 15 minutos, sendo a respetiva votação efetuada de forma autónoma. -----

Informou ainda que as propostas foram analisadas pela Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração, que emitiu os respetivos pareceres, favoráveis por unanimidade. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentação das propostas. -----

Pelo senhor **Presidente da Câmara**: -----

“Muito obrigado, senhor Presidente. -----

Mas é isso mesmo, é única e exclusivamente a composição de júri para dois procedimentos de recrutamento de cargos dirigentes, um de 2.º e um de 3.º grau, para cumprimento da orgânica dos Serviços Municipais. Obrigado”. -----

Não se tendo registado nenhuma intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu as referidas propostas a votação separadamente e nos seguintes termos: -----

A proposta relativa ao **Ponto n.º 29** foi aprovada por maioria, tendo registado 22 votos a favor (21 PS, e 1 PAN) e 15 abstenções (6 PSD, 3 CDU, 2 CDS-PP, 2 BE e 2 CHEGA) -

A proposta relativa ao **Ponto n.º 30** foi aprovada por maioria, tendo registado 21 votos a favor (PS) e 16 abstenções (6 PSD, 3 CDU, 2 CDS-PP, 2 BE, 2 CHEGA e 1 PAN)) -----

No momento da votação não se encontrava presente o senhor Carlos Silva. -----



Os documentos ora aprovados, bem como os pareceres sobre os mesmos emitidos, encontram-se em anexo à presente ata, dela constituindo parte integrante. -----

Ponto 31 – Apreciação, nos termos e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Regimento da A.M.A., do Voto de Pesar “*Pelo Falecimento de Maria Teresa Horta*” apresentada pelo Grupo Municipal do BE (Voto de Pesar nº 01/AMA/2025); -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, e de acordo com o estabelecido na conferência de representantes, a apreciação do Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda será por um período de 15 minutos, tendo concedido a palavra ao seu representante para a apresentação da mesma. -----

Pela senhora **Anabela Rodrigues** (BE) (Apresentação): -----
“Antes de mais cumprimentar, boa noite a todos e a todas aqui da sala e também em casa”. -----

De seguida, procedeu à leitura do Voto de Pesar, nos termos do documento que se encontra anexo à presente ata, dela fazendo parte integrante. -----

O senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** procedeu à abertura de inscrições e intervieram os seguintes membros: -----

Pelo senhor **João Serrano** (PS): -----
“Respetiva Mesa, senhores Vereadores, meus caros colegas. -----
Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o Grupo Municipal do Partido Socialista, vai acompanhar este voto de pesar apresentado pelo Bloco de Esquerda e saúda que o tenha feito. -----

Maria Teresa Horta, foi uma escritora, poetisa, jornalista e feminista, mas acima de tudo, foi uma mulher de convicções, convicções sociais, convicções políticas e convicções humanistas. Como foi referido, e é referido na moção, as Novas Cartas Portuguesas, foi escrita em 72, pelas denominadas três Marias, Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno



e Maria Velho da Costa, são um marco do poder feminino que abalara o regime, quando em toda a Europa, onde o feminismo, era um tema já discutido, em Portugal, naturalmente, o regime fascista não lhe agradou esta obra. -----

Elas scandalizaram o país com a sua liberdade e, por incrível que pareça, como aqui foi citado no dia, precisamente no dia 25 de Abril de 74, era o dia suposto sair a sua sentença. Quando as Novas Cartas foram reeditadas, depois do 25 de Abril, Maria Teresa Horta voltou a ter problemas e na altura, eu cito aqui umas palavras que ela disse que é um livro muito mal-amado em Portugal, esteve esgotado vinte e cinco anos, foi reeditado em imensos países e fui eu que tive de insistir para que se reeditasse cá. É um livro escrito por um autor português, traduzido em mais línguas, e não é nenhum livro de Saramago. Em Portugal continua a fazer-se um silêncio absoluto face às Novas Cartas, porque os agentes culturais, como hoje se diz, são homens e não gostam aquilo ofende-os, magoam-nos, é um espelho onde eles não gostam de se ver. -----

Maria Teresa Horta, era uma mulher inconformada com a questão do feminismo e várias vezes falava um pouco do papel da mulher durante muitos anos, nomeadamente no Estado Novo, e volto aqui a citá-la quando ela dizia as mulheres na altura em que o livro foi editado pela primeira vez, nem sequer sabiam que tinham direitos, hoje já sabem. Todos ganharam com a revolução, mas as mulheres mais do que ninguém. Antes eram perfeitamente inexistentes, não havia leis que as integrassem. Um homem podia matar a mulher por adultério, evocando o crime de atentado contra a honra e não era preso iam para outro tribunal e depois para a Comarca de Santarém ou Almada. Era um crime de honra. As mulheres pertenciam aos homens que mandavam nelas, para saírem de Portugal, precisavam da autorização dos maridos. A mulher nem tinha poder sobre os filhos lá em casa, manda ela, mas nela mando eu. Aquela frase portuguesa que hoje em dia está escrita nos azulejinhos dizia Maria Teresa Horta. Com ela, aprendemos também que a amizade feminina é das mais valiosas e também aqui gostaria de citar o que ela escreveu sobre esta questão: *"Eu acho que as mulheres são especiais, dizia muitas vezes prefiro trabalhar com mulheres, eu só não fui parar à prisão por solidariedade feminina. Eu, a Maria Velho da Costa, Isabel, não fomos presas porque mulheres que não nos conheciam, durante dois anos sacrificaram-se por nós, eu não podia viver sem a amizade feminina. Se as mulheres se dividirem entre si para os homens e tudo é mais fácil. Nós temos uma força que eles não possuem nem pela metade, nós somos a natureza. A nossa menstruação é ditada pela lua como as marés, de nós vem a morte e a vida."* -----



Maria Teresa, sempre sem maquilhagem como todos conhecemos, adorava roupa e dedos de cheios de anéis, colecionava pedrinhas em forma de coração coloridas com a sua sala atolada de livros e não tinha vergonha da sensualidade, leia-se a sua poesia erótica. Ela fazia parte de uma dúzia mal contado de portugueses sem medo, era irónica, jocosa, sarcástica, como só os muito inteligentes. Era frontal, intrépida num país conservador, rural, bota-abaixo. Aprendemos com ela a importância do poder da palavra e do combate do jornalismo para o mundo melhor e dizer exatamente o que se acha num país de meias-verdades. A sua poesia era tudo o que ela era, sedutora, frontal, sensível, aliás, ela costumava dizer, eu sou a minha poesia. Foi reconhecida ainda mês passado, como é citado na moção como as cem mulheres mais influentes, inspiradoras do mundo, e a sua biografia recentemente escrita por Patrícia Reis, já vai na sexta edição. Maria Teresa Horta, era uma figura imparável e, acima de tudo, porque era um símbolo da democracia tão suada ontem, mas tão frágil nos dias que correm. -----
Muito obrigado".-----

Pela senhora **Joana Botas** (CDU): -----

"Obrigada. -----

Maria Teresa Horta é o nome que ficará sempre ligado à luta pela emancipação da mulher em Portugal. Recordamos a escritora e a cidadã, talvez não podendo desligar uma da outra. Cidadã que, desde jovem fez uma opção, uma opção de intervenção em oposição à ditadura fascista. Ficou conhecida do grande público, devido ao processo das três Marias, que gerou uma campanha internacional com grande impacto até hoje, com o reconhecimento até hoje em vários pontos do mundo e tão pouco conhecida no nosso país. De facto, "As Novas Cartas Portuguesas," é um livro que ainda está por receber entre nós o reconhecimento que lhe é devido, mas não só nas Novas Cartas Portuguesas vemos espelhada a sua defesa da liberdade e dos direitos das mulheres. Por toda a sua obra, Maria Teresa Horta, foi a voz serena, límpida de combate e rebeldia, de afirmação do corpo e do desejo da mulher. Qualquer homenagem que lhe façamos é mais do que merecida, mas a melhor homenagem que lhe podemos fazer é continuar a sua luta até que a igualdade e essa emancipação que o 25 de Abril trouxe às mulheres e essa igualdade que foi reconhecida na lei, seja uma realidade na vida das mulheres do nosso país. Uma homenagem, que muitas mulheres no nosso país, e uma luta que muitas mulheres no nosso país continuam, e que certamente quando saírem à rua no próximo



dia 8 março, nas manifestações que vai haver um pouco por todo o país, levarão também esse sentimento e essa luta. -----

Não poderia terminar a minha intervenção sem trazer aqui a sua poesia, com o poema que ofereceu ao PCP no seu centenário e que tem por título, algo que sempre defendeu antes e depois do 25 de Abril até ao final da sua vida, liberdade. -----

"Se exijo liberdade, tenho firmeza. Se digo liberdade, passo a mensagem. Se afirmo liberdade vem a beleza. Se escrevo liberdade, canto a coragem". -----

Não se tendo registado mais nenhuma intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, o senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou o voto de pesar a votação, o qual foi aprovado por unanimidade dos Membros presentes, anexando à presente ata, dela constituindo parte integrante, o documento ora aprovado. -----

No momento da votação não se encontrava presente o senhor Carlos Silva. -----

Em seguida, o senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, solicitou um minuto de silêncio pelo falecimento de Maria Teresa Horta. -----

Ponto 32 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e alínea b) do nº 1 do artigo 14º do Regimento da A.M.A., da "Recomendação para a Requalificação e Reabertura das Piscinas Municipais da Amadora" (Recomendação nº 01/AMA/2025), apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP); -----

O senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que, e de acordo com o estabelecido na conferência de representantes, a apreciação da Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDS-PP será por um período de 15 minutos, tendo concedido a palavra ao seu representante para a apresentação da mesma. -----

Pelo senhor **Nuno Pereira** (CDS-PP) (Apresentação): -----

"Muito obrigado".-----



De seguida, procedeu à leitura da Recomendação, nos termos do documento que se encontra anexo à presente ata, dela fazendo parte integrante. -----

O senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** procedeu à abertura de inscrições e intervieram os seguintes membros: -----

Pelo senhor **João Vieira** (PS): -----

“Muito obrigado, senhor Presidente, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, caros colegas Deputados.-----

Esta proposta de recomendação quase, quase poderia merecer a convergência do Partido Socialista, não fosse efetivamente (imperceptível) um conjunto de considerandos, que na realidade, não correspondem minimamente àquilo que se passa ou, pelo menos, ignora ou faz por ignorar todo o conjunto de circunstâncias que nos levou até ao tempo presente. Bastaria, enfim, andarmos uns anos para trás e recordarmos, enfim, o período de COVID para percebermos que a maior parte das instalações desportivas da cidade, não só na nossa cidade, como em todas as outras cidades foram, digamos, fechadas e com isso entraram em processo de degradação, porque as instalações também se degradam pelo não uso. Efetivamente, foi um período muito longo e um período que, de facto, levou a algumas situações de que hoje olhamos para elas com algum desgosto, como é evidente e acima de tudo, com preocupação e a preocupação traz-nos aqui um outro ponto que, aliás, já foi aqui hoje referido várias vezes que são as prioridades de intervenção da Câmara Municipal, e o uso dos dinheiros público para acorrer a essas mesmas prioridades. Prioridades significa definir, hierarquizar, tempo, intervenção e modos de intervenção. Quando se está na oposição é muito fácil chegar aqui e dizer meia dúzia de coisas, apontar o dedo aqui, acolá, não há problema nenhum, aliás, todos nós nos habituámos a ouvir uma voz tonitruante do PSD, quando estava na oposição em relação ao Governo Central e agora tem uma vozinha pífia, porque tudo aquilo que dizia que ia resolver, não resolveu e continuamos, enfim, em situação de emergência em relação a todos os problemas que o PSD dizia com voz forte que ia resolver e aqui no Governo Local passa-se a mesma coisa. -----

O CDS, enfim, enquanto oposição aponta o dedo, mas, se calhar, se tivesse responsabilidades governativas a nível local, muito provavelmente teria, enfim, o mesmo problema com que nós nos defrontamos ou se quiser, vai continuar, ou posso concluir, e, portanto, de facto, enfim, o CDS poderia efetivamente ter também outro tipo de



atitude que não a de vir aqui apenas apontar o dedo. As prioridades no fundo, é se nós temos prioridades diferentes, qual é a prioridade, é tapar o buraco à porta da minha rua prioridade aqui é uma zona verde, a prioridade primeira é, digamos, resolver o problema do estacionamento, enfim, temos uma série de prioridades e, de facto, quem está sentado ali naquela mesa tem a noção das prioridades e sabe aquilo que deve fazer e o Partido Socialista faz e faz no seu tempo, não é propriamente no tempo das oposições e, por isso, quando há aí essa referência imediata também não me faz muito sentido esse tipo de exigência, digamos assim, numa recomendação. -----

Perguntar-lhe-ia senhor Deputado, acha que qualquer Presidente de Câmara, qualquer Executivo Municipal, num ano como este não desejaria ter tudo feito e fazer mais ainda? Obviamente, que desejaria, simplesmente as coisas têm que ser feitas com alguma reflexão, com algum, enfim, com alguma preparação, e o Partido Socialista está atento e posso dizer-lhe, talvez o senhor não saiba e hoje aqui já demonstrou que não acompanha muitas das coisas, enfim, do desenvolvimento da ação produzida pelo Executivo Municipal do Partido Socialista, enfim, recordar aqui que a piscina da Buraca, a obra já está concluída e que o valor final desta intervenção foi acima do meio milhão de euros. Não lhe estou a falar duns trocos, estou a falar em grandes números. -----

A piscina da Venteira tem um valor estimado de quase um milhão de euros, novecentos e sessenta e oito mil euros e, neste momento, está a ser efetuada ou vai ser desenvolvida uma consulta preliminar ao mercado para atualização dos preços, uma vez que as coisas evoluem e, portanto, de alguma forma, há que contar com os números um pouco mais certos. -----

A piscina de Alfovelos, tem um valor estimado de setecentos e dezasseis mil euros, o que também implica que se faça uma nova consulta, enfim, para atualização de preço. -

A piscina da Damaia, já foi efetuada a consulta preliminar ao mercado e tem um valor estimado para um preço base do projeto cento e cinquenta e oito mil euros. Se somar tudo isto vai ver que estamos aqui na ordem dos dois milhões e meio de euros de intervenção esperada e desejada por esta Câmara Municipal, mas que faz, como digo no seu tempo depois, enfim, de reflexão, depois de ponderação e depois de hierarquizadas as necessidades". -----

Pela senhora **Mónica Cabaça** (CDU): -----



“Muito boa noite, obrigado, senhor Presidente, e cumprimento o senhor Presidente e a Mesa, Presidente da Câmara e Vereadores, caríssimos Deputados, público e funcionários que permitem que esta assembleia hoje se realize. -----

Quem passa à volta das instalações das piscinas da Venteira não pode deixar de ter um sentimento de tristeza e de repúdio, tal é o abandono destas instalações.-----

Estão completamente vandalizadas e abandonadas. Durante vários anos as ações de manutenção não foram efetuadas e dizem-nos agora que as piscinas da Venteira não voltarão a funcionar, porque é preciso muito dinheiro para as suas obras. Aqui na Amadora é assim, portanto, deixa-se degradar para posteriormente se vir dizer que, ah, afinal, não é possível requalificar, porque é necessário muito dinheiro e quando falo do abandono das piscinas da Venteira, digo o mesmo das da Damaia, que estão fechadas há mais de quatro anos, cinco, diria, portanto, na nossa Cidade, a nossa Cidade está a ser transformada num ritmo acelerado, num simples dormitório, onde as condições desenvolvimento de relações sociais se degradam diariamente e o caso das piscinas é o reflexo disso”. -----

Pelo senhor **João Vieira** (PS) (Pedido de esclarecimento): -----

“Senhora Deputada, eu fico um bocado entristecido, porque estive aqui a falar e parece que a senhora não me ouviu e, por isso, talvez me possa responder qual foi a parte que a senhora Deputada não percebeu na minha intervenção, que a piscina da Venteira tem um valor estimado de novecentos e sessenta e oito mil euros e que vai ser efetuada uma consulta preliminar para a atualização de preços, significando com isto a intervenção na recuperação daquele espaço e na sua futura reabertura. -----

Qual foi a parte que a senhora não percebeu que a piscina de Alfovelos, com valor estimado de setecentos e dezasseis mil euros, está também a ser efetuada uma consulta preliminar para se atualizarem os preços? -----

Qual foi a parte que a senhora não percebeu que na da piscina da Damaia, já foi efetuada a consulta preliminar e que o valor estimado preço base de cento e cinquenta e oito mil euros no projeto, significa isto que vai avançar e qual foi a parte que a senhora também não percebeu que a piscina da Buraca, a obra já está concluída e que orçou acima de meio milhão de euros?” -----

Pela senhora **Mónica Cabaça** (CDU) (Resposta ao pedido de esclarecimento): -----



“Muito obrigada. Eu percebi bem essa parte, mas acho que também percebi que o motivo pelo qual do abandono das piscinas é efetivamente, porque quem está, quem não está a gerir não tem noção do que é que é gerir o património municipal e que, portanto, é preciso muito dinheiro para dar algo, que no nosso entender é também o papel da Câmara, e também o papel do CNA, do Clube de Natação da Amadora”. -----

Pela senhora **Ana Cristina Carvalho** (CHEGA): -----

“Muito boa noite à Mesa, muito boa noite, senhor Presidente de Câmara, Vereação, todos os colegas, todos aqueles que nos assistem aqui e lá em casa. -----

Quero parabenizar o CDS por esta recomendação, quero também dizer aqui a intervenção do nosso colega João Vieira, que sim, certamente que será a Câmara que fará a seu tempo, e a minha intervenção é no sentido de, eu não venho dizer que a Câmara terá que fazer agora, mas que é sem dúvida muito importante para o Concelho da Amadora, as piscinas, nomeadamente a piscina da Amadora, que é uma realidade que eu conheço, onde treinam atletas e certamente que o senhor Presidente, também sabe disso, treinam atletas de alta competição e dali saem grandes talentos e, portanto, estes equipamentos são sem dúvida muito muito importantes para os amadorenses e, por isso, daí eu parabenizar o CDS com esta recomendação, sendo que, no caso, eu não estou aqui a dizer que tem que ser feito agora por algum motivo, eu no caso da minha bancada, nós estamos na oposição e o senhor Presidente é que está a liderar a Câmara, mas sim é desejável que a Câmara, que o Concelho da Amadora, venha a ter o mais rápido possível as piscinas e quem é da Amadora e tem algum tempo, certamente que se lembra com algum saudosismo da piscina da Amadora.-----

Muito obrigada”.-----

Pelo senhor **Hugo Roque** (PSD): -----

“Boa noite, senhor Presidente em Exercício, senhor Presidente de Câmara, senhores Vereadores, caros colegas, estimado público. -----

Começar por parabenizar o CDS, pelo tema que trouxe a esta casa, não apenas pela forma como a recomendação está escrita, tanto pelos considerandos, como pela parte deliberativa, é um tema, eu diria, é um tema importante para o Concelho da Amadora, por diversas razões que já lá vou, mas parabenizar o CDS por trazer esta temática à Assembleia Municipal.-----



Eu confesso que sempre achei desde o início que um Concelho como Amadora tem que ter particulares prioridades no tema do desporto e no tema da Cultura, porque são dois temas, tanto a cultura como desporto, são dois temas muito importantes para combater fenómenos de exclusão social, e eu percebendo que há timings para nós podemos fazer um conjunto de investimentos no Concelho, não consigo perceber o porquê do tempo que o Concelho demora e que o Executivo Camarário demora em cumprir um conjunto de obras que são obras relativamente simples de serem feitas e eu confesso que ainda fiquei mais surpreendido depois do Deputado João Vieira ter trazido aqui os valores que estão associados, uma piscina da Damaia ter um valor orçamentado, possivelmente orçamentado, cento e cinquenta e oito mil euros, mesmo que tenha alguma atualização em cima, o projeto, estamos a falar de um valor, que me parece relativamente equilibrado dentro daquilo que é um plano de investimentos, de uma Câmara Municipal e, portanto, a não participação ou a não elaboração de planos de projeto neste tipo de equipamentos, tanto culturais como desportivos, tem um peso enorme naquilo que é a comunidade e tem um peso enorme, porque inibe pessoas que normalmente não têm acesso a este tipo de equipamentos, se não for equipamentos públicos e, portanto, equipamentos desportivos, equipamentos culturais na Amadora deviam estar no topo das prioridades e eu confesso que fiquei surpreendido por ser tão claro o Partido Socialista nesta matéria, dizer que as prioridades vão sendo feitas a seu tempo e claramente, o facto de não estarem feitas significa que não é uma prioridade imediata do Concelho e nós achamos que isto devia ser uma prioridade imediata do Concelho, a elaboração de projetos de execução, tanto ao nível das infraestruturas desportivas como culturais, naturalmente, acompanharemos o CDS em votar favoravelmente, esta recomendação. -----

Muito obrigado”.-----

Pelo senhor **Luís Corrêa Costa** (BE): -----

“Muito obrigado, senhor Presidente em Exercício, senhor Presidente. Eu acho que nesta sala, eu tenho sérias dúvidas que alguém que não perceba a importância de usufruto da das piscinas da Amadora. Neste caso que é apontado no documento em questão, a secção de piscinas na Venteira está fechada há bastante tempo, e isso implica também que muitas pessoas se deslocam a Concelhos limítrofes para usufruírem desta modalidade. Trata-se mesmo uma questão de prioridades e nós sabemos que todo este processo, eu não acredito que seja também por, enfim, eu acho que não é mesmo a



Câmara que não tem em conta a importância das piscinas, mas o que nós assistimos é que o facto destes projetos, destas remodelações e de renovações estarem em curso há bastante tempo, acarreta sempre que o espaço, o tempo demore sempre muito mais, porque, como o Deputado João Vieira, referiu, há aqui questões também de preços que vão sendo alterados ano após ano, mas ano após ano, este é um, enfim, é uma prioridade que vai ficando para trás e agora vamos assistir a novos, enfim, novos concursos, mas esses concursos vão implicar um gasto maior ainda para a Câmara Municipal, para todos nós aqui na Amadora e, portanto, temos que definir mesmo e seria bom que tivéssemos aqui uma posição clara da parte do Executivo quanto a prazos para que estas instalações voltassem a estar em funcionamento. -----
Obrigado". -----

Pelo senhor **Nuno Freitas** (PS): -----

"Senhor Presidente, só para ser muito direto que o tempo é curto, acho que até agora sobre este tema, a única intervenção que ouvi com algum bom senso e razoabilidade que não distorceu não só aquilo que não foi dito como não distorceu a realidade dos factos, foi a intervenção do Bloco de Esquerda, que podemos ou não discutir se é ou não é fiável, perdão fazível, peço desculpa, se é ou não é fazível que é pedir prazos para, de facto, para que haja a execução de todo o projeto de obras nas piscinas, portanto, esta, de facto, é uma proposta razoável, o restante foi tentar ignorar, de facto, o que aconteceu aqui, o que está a acontecer nas piscinas da Amadora, que é, são equipamentos que já foram feitos há algum tempo, que foi bastante, e precisam de obras de remodelação, essas obras de remodelação, os projetos já foram iniciados e estão a ser feitos. -----

Obviamente, a mim, o que me faz alguma espécie, mas como isto é um processo democrático, é uma assembleia democrática, os senhores Deputados vêm dizer o que entendem, portanto, eu também posso expressar a minha opinião, é que me faz alguma confusão que os partidos à direita da bancada, de repente tenham preocupações durante os três anos de mandato não tiveram, nomeadamente no que toca às piscinas, porque as piscinas, nomeadamente como foi explicado a piscina da Venteira, que está fechada desde a pandemia e isso é início de mandato, ou aliás, até mais e isso, os senhores, zero, não abriram a boca sobre o assunto, porque é que estão a abrir a boca agora que estamos perto das eleições, mas tudo bem, cada um faz o trabalho que tem que fazer.-
Disse, senhor Presidente". -----



Pelo senhor **Nuno Pereira** (CDS-PP): -----

"Obrigado, senhor Presidente.-----

Eu queria agradecer aqui aos Deputados do Partido Socialista, por terem demonstrado a incapacidade da Câmara Municipal da Amadora, em ignorar as evidências do estado em que estavam a ficar as piscinas da Amadora, porque já na pandemia se dizia que as piscinas não estavam em condições e eu fui utilizador das piscinas da Damaia, e isto é ignorar o que se passa nas piscinas e é a incompetência na calendarização das obras, da manutenção dos bens públicos municipais e foi aqui que a Câmara Municipal falhou e obrigado aos deputados do Partido Socialista por terem lembrado isto, e isto era uma questão que estava no programa eleitoral, para o qual eu também fui eleito para defender estas questões e falámos sobre isto, efetivamente, é uma pena, é uma pena, nós termos uma piscina semiolímpica, fechada na Amadora, que já estava em condições deficitárias em 2012, 13, 19, 20 fechou e continua fechada e agora estamos em 2025 a discutir projetos para fazer obras em 2026, se tudo correr bem, e isto é problemas de calendarização da Câmara Municipal da Amadora, e eu como eleito do CDS-PP, tenho obrigação de vir aqui chamar a atenção disto. -----

Muito obrigado".-----

Pelo senhor **Nuno Freitas** (PS) (Pedido de esclarecimento): -----

"Eu só gostava de perguntar ao senhor Deputado, porque, pelos vistos, o senhor Deputado acabou de admitir, pelos vistos tinha conhecimento de todos os grandes problemas das piscinas, mesmo como utilizador, mas, porque é que então só abriu a boca agora perto das eleições, e não abriu logo no início, que devia aqui trazer o tema, porquê era a minha pergunta porque pelos vistos não abriu, é claro para toda a gente se tivermos dúvidas, podemos ver as atas".-----

Pelo senhor **Nuno Pereira** (CDS-PP) (Resposta ao pedido de esclarecimento): -----

"Eu posso responder, não é um problema de calendarização do CDS-PP, não é, nós ficamos à espera que se faça qualquer coisa, estamos cansados de esperar, cansados de esperar, caro Deputado, e, como eu já lhe tinha dito, estava no programa eleitoral e nós defendemos em outras ocasiões, a cidade desportiva da Amadora, e a cidade Desportiva da Amadora engloba os desportos municipais da Amadora. Vou tomar aqui a nota de que, efetivamente, quando fizermos oposição ou recomendações aqui na



Assembleia Municipal, temos que dar todos os detalhes e todas as visões que são necessárias, mas eu lembro-me de ter falado, de se ter falado o tema das piscinas municipais, e lembro-me até de alguém ter dito, que não, que a piscina da Venteira, era um pequeno tanque, que precisava de ser recuperado e, portanto, foi bom aquilo ter sido encerrado para se fazer obras. Isto já foi há algum tempo, e até agora nada. Senhor Deputado, nós estamos aqui para discutir os temas, estamos aqui para discutir os temas, estamos aqui para chamar a atenção. O tema foi falado da piscina da Venteira, e agora estamos a falar de uma forma mais formal sobre o assunto, senhor Deputado, não vale a pena estar aqui a escamotear o assunto. O senhor Deputado está a esconder-se atrás de uma formalidade desta recomendação, para defender a Câmara Municipal, sobre um problema de calendarização de obras, da manutenção dos bens públicos municipais e de ignorar o estado das piscinas da Amadora que estão como estão. -----

Obrigado, senhor Presidente".-----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para as respostas tidas por convenientes.-----

Pelo senhor **Presidente da Câmara**: -----

"Muito obrigado, senhor Presidente. -----

Já muito foi falado e não fazemos referência à piscina de Alfofnelos, que está em funcionamento, à piscina da Reboleira a chamada grande piscina da Amadora, que está em funcionamento em parceria com o Clube Natação da Amadora, e bem como a piscina da Buraca, que está para reabertura recentemente com um investimento como foi feito, efetivamente, é preciso avançar para a intervenção na piscina da Damaia e na piscina da Venteira e é isso que estamos a trabalhar. Já foi referido aqui quer na piscina da Venteira, quer na piscina de Alfofnelos, que está em funcionamento, mas que tem alguns problemas também para resolver, estão executados já os devidos projetos para o lançamento da empreitada. Aquilo que se falou aqui foi numa atualização de preços relativamente ao projeto atual para se lançar essa empreitada e relativamente à piscina da Damaia, iremos elaborar o respetivo projeto, até porque a piscina da Damaia tem alguns problemas de génese de otimização do espaço, como, por exemplo, um dos problemas que havia os balneários femininos estavam no piso superior, provocando problemas para os idosos, as idosas do sexo feminino que tinham problemas de acesso



ao piso superior e, portanto, a intervenção e o projeto engloba uma reformulação total, otimizando a mobilidade e a acessibilidade para a piscina da Damaia funcionar e servir toda a população da Cidade da Amadora. -----

Muito obrigado”.-----

Pelo senhor **Nuno Pereira** (CDS-PP) (Pedido de esclarecimento): -----

“Muito obrigado, senhor Presidente. -----

Queria pedir um esclarecimento ao senhor Presidente de Câmara, portanto, não foi feito, mas vai-se fazer, vai-se fazendo, ou quem sabe, é um problema de calendarização? (...) -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia**: -----

“É uma questão não de pedido de esclarecimento, mas de interpretação das palavras claras que foram ditas”. -----

Pelo senhor **Presidente da Câmara**: -----

“Senhor Presidente, eu fui claro. -----

Projeto executado para a piscina de Alforneiros e para a piscina da Venteira. Orçamentação prevista, carece de atualização para o lançamento da empreitada. -----

Fui claro em relação ao projeto a elaborar para a piscina da Damaia, que não existe e está dotado financeiramente para o efeito e é isso que vamos fazer. É isso que o senhor quer ouvir? Fazer”.-----

Não se tendo registado mais nenhuma intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a recomendação a votação, a qual foi rejeitada com 19 votos contra (PS) e 16 votos a favor (6 PSD, 3 CDU, 2 CDS-PP, 2 BE, 2 CHEGA e 1 PAN), anexando à presente ata, dela constituindo parte integrante, o documento ora rejeitado. -----

Na votação não se encontrava presente o senhor Carlos Silva, e tendo o senhor Alcides de Matos manifestado não participar na votação por impedimento legal. -----



Ponto 33 - Apreciação, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, da “*Informação Escrita do Presidente da Câmara acerca da Atividade do Município*”. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, nos termos do nº 4 do artigo 37º do Regimento, o período de discussão deste ponto é de 90 minutos, distribuídos nos termos do anexo I ali referido. -----

Não se tendo registado nenhuma intervenção por parte dos membros da Assembleia, foi a informação presente considerada apreciada, anexando-se à presente ata, dela fazendo parte integrante, o registo digital do referido documento.-----

Antes de dar por encerrados os trabalhos e tendo em vista a eficácia externa, as minutas das deliberações da Ordem do Dia foram aprovadas, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, por unanimidade dos membros presentes. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão pelas 23h26, da qual foi lavrada a presente ata, que, depois de aprovada, será assinada por si e pelo 1.º Secretário, Rui Lourenço, que a redigiu.-----

Presidente da Assembleia

O Primeiro-Secretário

*Auscultada e datilografada de acordo com o novo acordo ortográfico por:
Isabel Palma, Matilde Roriz e Rosário Cruz.*

Ata aprovada na Sessão Ordinária de Abril de 29 de abril de 2025